

# **Demonstrações Financeiras**

## **Empreendimentos Pague Menos S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# **Empreendimentos Pague Menos S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Balancos patrimoniais .....	28
Demonstrações dos resultados .....	30
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	31
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	32
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	33
Demonstrações dos valores adicionados .....	34
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....	35
Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais .....	92
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	94
Relatório resumido do comitê de auditoria .....	101
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras .....	105
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes .....	107

DIVULGAÇÃO DE  
**Resultados**  
**4T22 / 2022**



### Fortaleza, Ceará, 6 de março de 2023.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia” ou “Pague Menos”), principal Hub de Saúde da classe média expandida brasileira, presente em todas as unidades da federação e mais de 380 municípios, anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2022 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## PRINCIPAIS DESTAQUES 4T22 / 2022

### + EXPANSÃO DA REDE

+500 lojas no ano, sendo 399 aquisição Extrafarma e 118 inaugurações (61 no 4T22)

### + HUB DE SAÚDE

+2 milhões de atendimentos de saúde no ano (+417 mil no 4T22)

### + RECEITA BRUTA

Crescimento consolidado de 21,8% no ano (37,0% no 4T22), e 10,5% em Pague Menos *standalone* (11,4% no 4T22)

### + SINERGIAS EXTRAFARMA

Ações contratadas resultaram em R\$8,5 milhões no 4T22 (R\$ 34 milhões em bases anuais)

### + VENDAS *OMNICHANNEL*

11,4% das vendas totais em Pague Menos no 4T22 (+2,6p.p. vs 4T21)

### + CLIENTES ATIVOS

19 milhões de clientes com compras nos últimos 12 meses (+26% vs 2021)

### + EBITDA AJUSTADO

Crescimento consolidado de 19,9% no ano (46,2% no 4T22), e 16,4% em Pague Menos *standalone* (34,1% no 4T22)

### + LUCRO LÍQUIDO

R\$ 192,0 milhões em Pague Menos *standalone* no ano (+8,7% vs 2021) e R\$73,7 milhões no 4T22 (+183% vs 4T21)

## CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO

No dia 1 de agosto de 2022 foi concluído o processo de aquisição da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (Extrafarma) junto à Ultrapar Participações S.A (Ultrapar). Com a finalização das condições precedentes e incorporação dos saldos patrimoniais, a Extrafarma foi consolidada e se tornou parte das demonstrações financeiras consolidadas da Empreendimentos Pague Menos S.A. (Companhia) nesse mesmo mês. Portanto, as demonstrações financeiras consolidadas findas em 31 de dezembro de 2022 da Companhia incluem cinco meses das operações da Extrafarma.

De forma a facilitar a análise dos resultados, apresentaremos neste *release* dados operacionais segregados de Pague Menos e Extrafarma, enquanto as informações financeiras são apresentadas como Pague Menos "standalone" (ex-Extrafarma) e Consolidado (Pague Menos mais Extrafarma).

Desde 2019 nossas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o IFRS 16, que alterou os critérios de reconhecimento dos contratos de aluguel. Para demonstrar os efeitos da implementação desta norma e facilitar a comparabilidade entre períodos, apresentamos nas páginas 23 e 24 deste *release* o Demonstrativo do Resultado do Exercício excluindo os efeitos do IFRS 16.

## DESTAQUES FINANCEIROS PAGUE MENOS STANDALONE

em R\$ milhões e % da R.B.	4T21	4T22	Δ	2021	2022	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.074,8</b>	<b>2.310,4</b>	<b>11,4%</b>	<b>8.062,9</b>	<b>8.911,3</b>	<b>10,5%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>616,7</b>	<b>688,5</b>	<b>11,6%</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.687,4</b>	<b>11,0%</b>
% Margem Bruta	29,7%	29,8%	0,1 p.p.	30,0%	30,2%	0,2 p.p.
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>221,4</b>	<b>265,9</b>	<b>20,1%</b>	<b>900,4</b>	<b>1.029,7</b>	<b>14,4%</b>
% Margem de Contribuição	10,7%	11,5%	0,8 p.p.	11,2%	11,6%	0,4 p.p.
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>159,0</b>	<b>213,1</b>	<b>34,1%</b>	<b>671,0</b>	<b>781,0</b>	<b>16,4%</b>
% Margem EBITDA Ajustada	7,7%	9,2%	1,5 p.p.	8,3%	8,8%	0,5 p.p.
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>26,0</b>	<b>73,7</b>	<b>183,5%</b>	<b>176,6</b>	<b>192,0</b>	<b>8,7%</b>
% Margem Líquida Ajustada	1,3%	3,2%	1,9 p.p.	2,2%	2,2%	-

## DESTAQUES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

em R\$ milhões e % da R.B.	4T21	4T22	Δ	2021	2022	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.074,8</b>	<b>2.843,4</b>	<b>37,0%</b>	<b>8.062,9</b>	<b>9.818,7</b>	<b>21,8%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>616,7</b>	<b>854,6</b>	<b>38,6%</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.955,5</b>	<b>22,1%</b>
% Margem Bruta	29,7%	30,1%	0,4 p.p.	30,0%	30,1%	0,1 p.p.
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>221,4</b>	<b>319,7</b>	<b>44,4%</b>	<b>900,4</b>	<b>1.110,3</b>	<b>23,3%</b>
% Margem de Contribuição	10,7%	11,2%	0,5 p.p.	11,2%	11,3%	0,1 p.p.
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>159,0</b>	<b>232,5</b>	<b>46,2%</b>	<b>671,0</b>	<b>804,8</b>	<b>19,9%</b>
% Margem EBITDA Ajustada	7,7%	8,2%	0,5 p.p.	8,3%	8,2%	(0,1 p.p.)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>26,0</b>	<b>46,5</b>	<b>78,9%</b>	<b>176,6</b>	<b>134,8</b>	<b>(23,6%)</b>
% Margem Líquida Ajustada	1,3%	1,6%	0,3 p.p.	2,2%	1,4%	(0,8 p.p.)

## DESTAQUES OPERACIONAIS




Indicador / Operação	4T21	4T22	Δ	4T22
Lojas (unidades)	1.165	1.270	9,0%	376
Venda Média/loja/mês (R\$ mil)	604	621	2,9%	468
Ticket Médio (R\$)	73,60	77,20	4,9%	67,88
Funcionários (quantidade)	19.988	20.099	0,6%	5.602
Funcionários/loja (quantidade)	17,2	15,8	(7,8%)	14,9
Venda Média/Funcionário/mês (R\$ mil)	35,0	38,5	10,1%	31,8
Participação Omnichannel (% receita varejo)	8,8%	11,4%	2,6p.p.	3,4%
Marcas Próprias (% receita varejo)	6,2%	7,1%	0,9p.p.	2,9%
Consultórios Farmacêuticos (unidades)	879	988	12,4%	68

## MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2022 foi o terceiro ano consecutivo de crescimento relevante, incremento de rentabilidade e desenvolvimento da nossa estratégia de ampliação da presença na cadeia de saúde, posicionando a Pague Menos com relevância no atendimento primário no ecossistema de saúde brasileiro.

No contexto de forte aceleração na expansão orgânica, com a inauguração de 118 lojas, e o desafiador cenário macroeconômico, com pressão inflacionária desfavorável e elevação na taxa básica de juros e custos de captação, atingimos em Pague Menos *standalone* crescimento de receita de 10,5% (9,5% no CAGR dos últimos 3 anos), expansão de EBITDA de 16,4% (15,9% no CAGR dos últimos 3 anos) e lucro líquido recorde de R\$ 192 milhões (quase R\$200 milhões acima de 2019). No acumulado dos últimos 3 anos, incrementamos a margem EBITDA da Companhia em 1,4p.p. e a margem líquida em 2,3p.p..

Além disso, concluímos o processo de aquisição da Extrafarma, ampliando de forma relevante nossa presença nas regiões Norte e Nordeste. A partir de agosto de 2022 iniciamos um complexo processo de integração da rede, com quase 400 lojas e 5 Centros de Distribuição. O início da integração tem sido extremamente promissor, com importantes *milestones* já alcançados, como unificação dos organogramas corporativos, integração logística e migração de sistemas de tecnologia sendo concluídos antes do cronograma original. No 4T22, já observamos uma melhora significativa de margens em Extrafarma. Em apenas cinco meses após o *closing* da transação, reconhecemos um volume de sinergias de R\$34 milhões em bases anuais, equivalente a aproximadamente 15% do potencial mapeado em nosso planejamento.

Evoluímos a maturidade em nossa proposta de valor centrada no Hub de Saúde. Mesmo com o controle da pandemia e a queda de demanda do principal serviço de saúde ofertado em nosso Clinic Farma nos últimos anos: o teste rápido de Covid-19, investimos muito nos serviços de telemedicina e teleinterconsulta, que acreditamos serem inovações com potencial para mudar o serviço de saúde de patamar no médio prazo no Brasil. Lançamos um clube de benefícios de saúde com foco em telemedicina, o Sempre Bem Saúde, que ganhou forte tração ao longo do ano, e que está em fase de aprimoramentos. Já em 2023, passamos a oferecer os cuidados e serviços de saúde como principal ferramenta para fortalecer nosso vínculo com os clientes, com o relançamento de nosso programa de fidelidade, o Sempre Bem.

Nossos canais digitais registraram, mais uma vez, recordes de crescimento e participação nas vendas totais, evidenciando que nosso negócio passa por uma rápida transformação e interface cada vez mais fluida entre os múltiplos canais complementares. No 4T22, a participação destes canais atingiu 11,4% das vendas de Pague Menos, 2,6p.p. acima do patamar do ano anterior e cinco vezes maior do que representava em 2019. O rápido crescimento nos canais digitais vem acompanhado de bons níveis de rentabilidade e consistentes melhoras no nível de serviço, atributos que consideramos inegociáveis para a sustentabilidade desses canais no longo prazo.

Em 2022, integramos oficialmente a Jornada ESG ao nosso Plano Estratégico, com o lançamento de robusta agenda com compromissos e metas de curto, médio e longo prazos de aumentar nosso impacto positivo na sociedade. Já no primeiro ano, atingimos 20% das metas contempladas no planejamento, sendo quatro previstas para 2022 e duas antecipadas de 2025. Dentre elas, destacamos que 100% das lojas maduras Pague Menos já são abastecidas por energia solar, contribuindo efetivamente para redução da nossa "pegada de carbono".

Com muito entusiasmo, mas sem euforia, iniciamos 2023 com a convicção de que estamos no caminho certo. O ano se desenha com uma série de desafios, onde o principal foco será a captura de sinergias com a Extrafarma.

Agradecemos a todos os colaboradores, fornecedores, e parceiros em geral que contribuíram para os resultados de 2022!

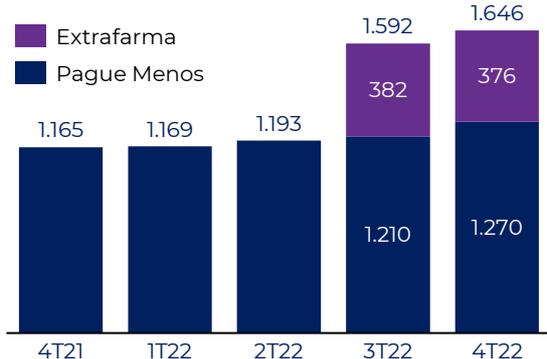
### PORTFOLIO DE LOJAS

O ano de 2022 registrou a maior expansão anual na base de lojas da Companhia, que encerrou o ano com 1.646 pontos de venda (+41% vs 2021). O crescimento da rede combinou a incorporação de 399 lojas da Extrafarma à expansão orgânica de 118 inaugurações ao longo do ano (+47% vs 2021). No 4T22, 61 novas lojas foram abertas.

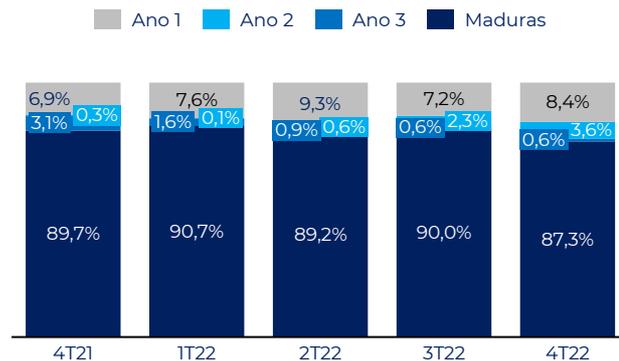
Das 118 lojas inauguradas no ano, 66% estão localizadas na região Nordeste e 87% em regiões com predominância demográfica da classe média expandida (classes sociais<sup>1</sup> B2, C e D). O novo formato de loja *discount*, mais econômico e com perfil popular, representou 75% do total de lojas inauguradas no período. O ano de 2022 também marcou a entrada da Pague Menos em 41 novos municípios, ampliando o nosso alcance para 389 cidades, em todos estados da federação.

Em linha com o processo de otimização de portfólio, sete lojas foram encerradas no 4T22, sendo seis da bandeira Extrafarma e uma da bandeira Pague Menos. Além disso, cinco lojas da Extrafarma passaram por conversões de bandeira para Pague Menos. Gerencialmente, essas lojas continuarão a ser consideradas como parte do portfólio Extrafarma, para fins de acompanhamento dos indicadores da integração e captura de sinergias.

**EVOLUÇÃO BASE DE LOJAS**



**PERFIL ETÁRIO DE LOJAS**



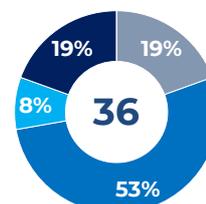
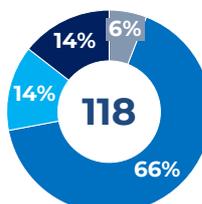
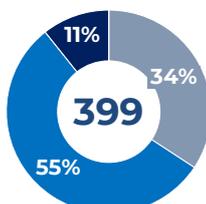
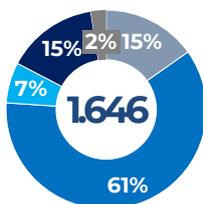
**BASE DE LOJAS (4T22)**

**EXP. INORGÂNICA (EXTRAFARMA)**

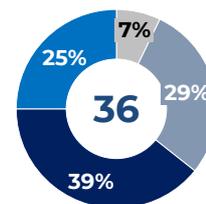
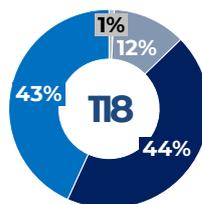
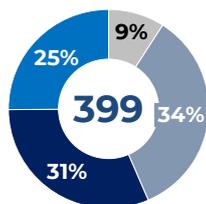
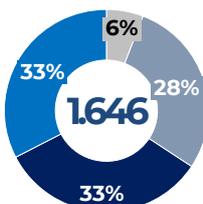
**EXP. ORGÂNICA (LTM)**

**FECHAMENTOS<sup>2</sup> (LTM)**

**POR REGIÃO**



**POR CLASSE SOCIAL<sup>1</sup>**



<sup>1</sup> Classe social predominante no entorno de cada loja (isócronas de 5 minutos de deslocamento a carro). Segmentação segue critérios do IBGE, onde a Classe A, compreende domicílios com média de renda mensal familiar acima de R\$ 16,6 mil, B1 acima de R\$ 7,9 mil, B2 acima de R\$ 4,2 mil e C e D abaixo de R\$ 4,2 mil

<sup>2</sup> Inclui o desinvestimento de 8 lojas como parte dos remédios definidos pelo CADE referente a aquisição da Extrafarma.

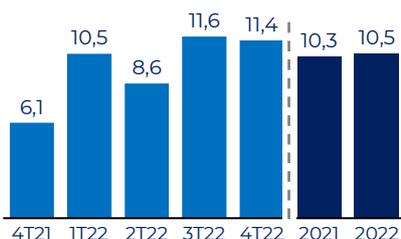
### PERFORMANCE DE VENDAS

Registramos no 4T22 ritmo de crescimento de vendas similar ao do trimestre anterior na Pague Menos (11,4%), crescimento importante nas mesmas lojas de Extrafarma (12,0%) e boa performance de novas lojas Pague Menos, contribuindo cada vez mais com o crescimento total da Companhia.

Na Pague Menos, o crescimento total registrado no trimestre de 11,4%, é composto de 6,3% de crescimento em lojas maduras e 5,1p.p. de lojas em maturação. Expurgando o efeito dos testes de Covid-19 na base, o crescimento mesmas lojas no período foi de 7,6%. No ano, o crescimento mesmas lojas registrado foi de 6,5%, sendo 7,6% ex-testes de Covid.

Na Extrafarma o crescimento total de 2,5% no 4T22 foi negativamente impactado pela menor base de lojas (23 fechamentos nos últimos 12 meses) e pelo encerramento da operação de atacado. As lojas maduras continuam crescendo acima da inflação e da média do mercado, com boas perspectivas futuras, já que parte importante das sinergias de vendas estão planejadas para serem capturadas ao longo de 2023.

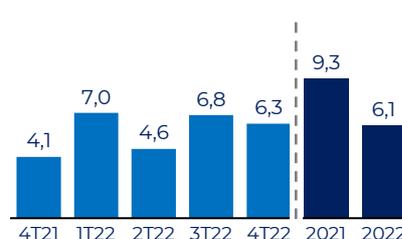
#### CRESCIMENTO TOTAL (%)



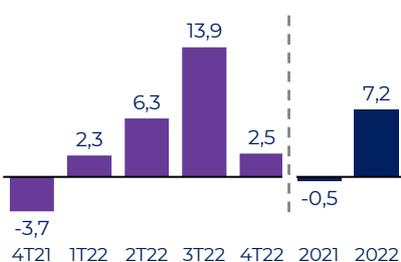
#### MESMAS LOJAS (%)



#### LOJAS MADURAS (%)



#### CRESCIMENTO TOTAL (%)



#### MESMAS LOJAS (%)



#### LOJAS MADURAS (%)

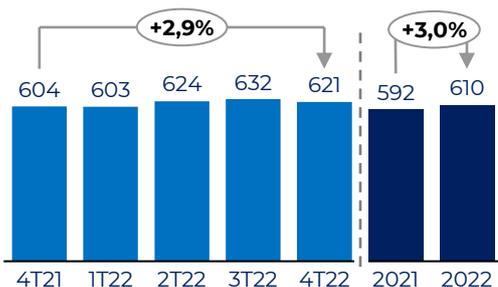


Durante o 4T22, observamos uma importante variação no desempenho de vendas entre os meses, com o mês de dezembro mais fraco que os demais, causada por: i) efeito da Copa do Mundo, que impactou negativamente o tráfego de clientes em loja em dias de jogos do Brasil; e ii) à forte base de comparação do ano anterior, em decorrência do avanço da variante ômicron e surto de influenza, gerando grande demanda por medicamentos e testes de Covid-19 na ocasião. O ritmo de crescimento mesmas lojas registrado entre outubro e novembro foi de 9,5% em Pague Menos e 17,6% em Extrafarma, reduzindo para cerca de 2,0% em ambas as bandeiras no mês de dezembro.

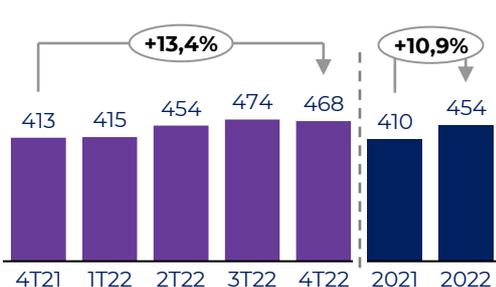
No 4T22, voltamos a observar comportamento distinto no desempenho de vendas por região. No Norte e Nordeste as taxas de crescimento ficaram abaixo das demais regiões, similar ao que ocorreu ao longo do ano, causado pelo atípico inverno e do surto de síndromes respiratórias mais agudo nas regiões mais frias do país. Na Pague Menos, o crescimento mesmas lojas no Norte e Nordeste foi de 5,8% no trimestre, enquanto Sul e Sudeste apresentaram crescimento de 14,8%.

No 4T22, a venda média mensal por loja atingiu R\$ 621 mil na Pague Menos, crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado pelas 118 lojas inauguradas ao longo do ano, que apresentam nos primeiros meses de operação volume de venda abaixo do patamar de lojas maduras. Considerando apenas o portfólio de lojas maduras, a venda média foi em R\$ 663 mil por mês, crescimento de 6,6% em relação ao 4T21. Em Extrafarma, a venda média mensal atingiu R\$ 468 mil, crescimento de 13,4% em relação ao 4T21.

**VENDA MÉDIA/LOJA/MÊS**  
(R\$ mil)



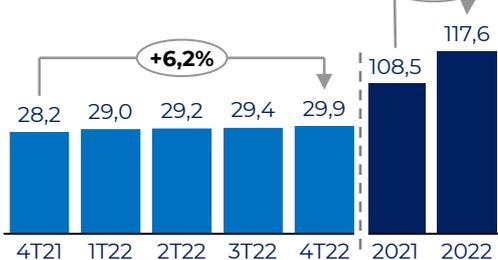
**VENDA MÉDIA/LOJA/MÊS**  
(R\$ mil)



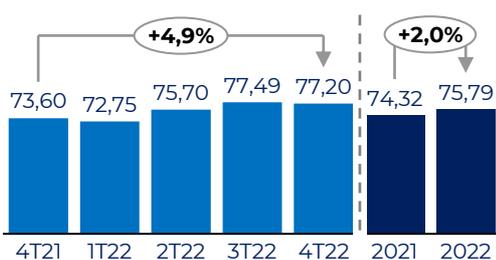
No 4T22, o crescimento de vendas na Pague Menos foi composto pelo aumento no volume de atendimentos de 6,2%, combinado com incremento de ticket médio de 4,9%. O aumento no volume está relacionado à expansão na base de lojas e à boa gestão de marketing e CRM, contribuindo para incremento na base de clientes mesmo no conceito mesmas lojas. Já o ticket médio foi positivamente impactado pela inflação de produtos em 9,6% e negativamente impactado pela redução de itens por cesta em 3,5% e mix de vendas de 0,9%.

Na Extrafarma o volume de atendimentos reduziu 0,8% no 4T22 em relação ao 4T21, impactado pela redução na base de lojas no período. No conceito de mesmas lojas o incremento no volume de atendimentos foi de 3,3%. Já o ticket médio registrou crescimento de 8,6%, refletindo aproximadamente a inflação de produtos acumulada nos últimos 12 meses.

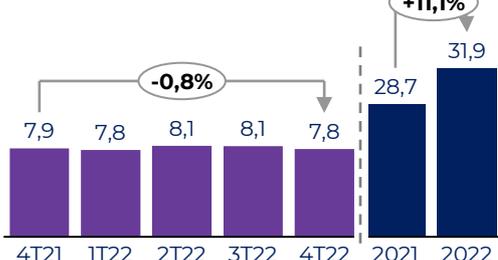
**ATENDIMENTOS**  
(em milhões)



**TICKET MÉDIO**  
(em R\$)



**ATENDIMENTOS**  
(em milhões)

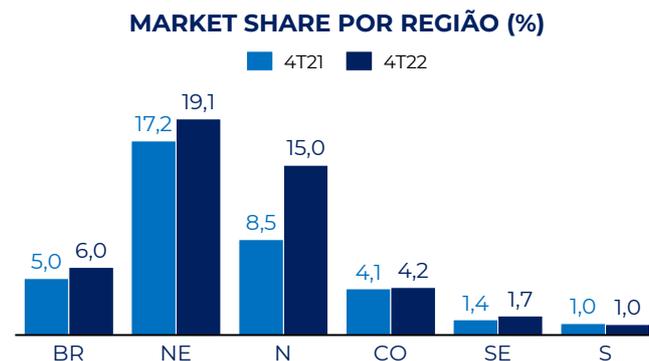


**TICKET MÉDIO**  
(em R\$)



### MARKET SHARE

Registramos no 4T22 incremento de *market share* em todas as regiões em que atuamos, alcançando 6,0% de participação de mercado no país. Nas regiões Norte e Nordeste, a aquisição da Extrafarma consolidou nossa posição de liderança, enquanto nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul registramos crescimento orgânico acima do mercado.



Fonte: IQVIA

O varejo farmacêutico registrou mais um trimestre de sólido crescimento, comprovando sua resiliência em momentos econômicos desafiadores. Segundo dados da IQVIA, o mercado cresceu 14,3% no 4T22 em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto Pague Menos e Extrafarma cresceram 12,3% e 8,3%, respectivamente (dados IQVIA consideram preços de venda normalizado pelos players, fazendo com que o crescimento apurado seja diferente do efetivamente realizado). Assim como observado em trimestres anteriores, o *gap* de crescimento entre nossas marcas e o mercado está relacionado à contribuição de novas lojas no crescimento total, em decorrência do estágio inicial da retomada do plano de expansão orgânica em Pague Menos e a redução na base de lojas de Extrafarma. Desconsiderando o efeito de novas lojas<sup>4</sup> o crescimento do mercado foi 7,1%, enquanto Pague Menos e Extrafarma cresceram 6,8% e 8,3%, respectivamente.

Segundo a IQVIA, a base de lojas instaladas nas regiões Norte e Nordeste cresceu 7,3% em 2022 versus crescimento médio de 3,0% nas demais regiões, pressionando nosso *market share* nestas regiões. No entanto, observamos nos últimos trimestres uma desaceleração no ritmo de expansão do mercado, em especial de farmácias independentes e associativistas, ao mesmo tempo que aceleramos nossas aberturas.

### GERENCIAMENTO DE CATEGORIAS E SUPPLY

Nossa execução comercial continua a contribuir com resultados positivos de venda e margem, através de uma estratégia assertiva de expansão de sortimento, otimização de mix e competitividade em preços. Ao longo de 2022, evoluímos de forma consistente em cada um desses atributos, mesmo com o cenário desafiador na cadeia de suprimentos da indústria farmacêutica.

Em linha com nosso direcionamento de foco na classe média expandida, categorias de ticket baixo e margens atrativas vem ganhando relevância em nosso mix de vendas. Ao longo de 2022, a categoria de genéricos registrou crescimento de 21,0% na Pague Menos, mais que o dobro que a média da Companhia, e acima do crescimento do mercado. O resultado é consequência da expansão do sortimento, competitividade em preços e *layout* de lojas mais aderentes a esta categoria.

<sup>4</sup> considera lojas abertas nos últimos 24 meses

No 4T22, a categoria de genéricos atingiu 10,8% da receita total, crescendo 0,9p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Itens de higiene, nutrição e beleza foram outro destaque positivo no trimestre, atingindo 26,1% das vendas.

As marcas próprias Pague Menos registraram mais um trimestre de resultados consistentes, atingindo a participação recorde de 7,1% da venda total e 14,7% no autosserviço. No 4T22, a categoria alcançou R\$ 164,6 milhões em vendas, crescendo 27,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano, foram R\$ 594,2 milhões em vendas, crescimento de 19,1% em relação a 2021. Importante destacar que o bom desempenho de crescimento ocorre a despeito da queda de demanda por itens relacionados à Covid-19 (máscaras, álcool gel, etc.), onde nossas marcas próprias tiveram grande relevância nos momentos mais agudos da pandemia.

Na Extrafarma, as marcas próprias representaram 2,9% das vendas totais, ainda bem abaixo da participação observada na Pague Menos. No entanto, conforme avança a integração logística e ampliação da oferta de produtos em loja, essa participação tem aumentado. Em dezembro de 2022, quando cerca de 50% das lojas Extrafarma já haviam concluído as migrações de abastecimento, a participação de marcas próprias na Extrafarma atingiu 3,2% das vendas, com forte tendência de crescimento.

Indicador / Operação							
	4T21	3T22	4T22	Δ YoY	Δ QoQ	4T22	Δ vs PM
<b>MIX DE VENDAS</b>							
Medicamento de Marca	42,2%	41,3%	<b>40,1%</b>	(2,1p.p.)	(1,2p.p.)	<b>35,2%</b>	(4,9p.p.)
Medicamento Genérico	9,9%	10,8%	<b>10,7%</b>	0,8p.p.	(0,1p.p.)	<b>13,1%</b>	2,4p.p.
Higiene, Nutrição e Beleza	24,3%	25,0%	<b>26,1%</b>	1,8p.p.	1,1p.p.	<b>29,5%</b>	3,4p.p.
Over the Counter (OTC)	22,2%	22,2%	<b>22,4%</b>	0,2p.p.	0,2p.p.	<b>21,9%</b>	(0,5p.p.)
Serviços	1,4%	0,7%	<b>0,6%</b>	(0,8p.p.)	(0,1p.p.)	<b>0,2%</b>	(0,4p.p.)
<b>MARCAS PRÓPRIAS</b>							
Vendas Totais (R\$ milhões)	129,5	150,3	<b>164,6</b>	27,1%	9,5%	<b>15,6</b>	(90,5%)
Participação Venda Total (% da R.B)	6,2%	6,6%	<b>7,1%</b>	0,9p.p.	0,5p.p.	<b>2,9%</b>	(4,2p.p.)
Participação Autosserviço (% da R.B)	13,4%	14,0%	<b>14,7%</b>	1,3p.p.	0,7p.p.	<b>5,7%</b>	(9,0p.p.)
<b>SUPPLY CHAIN</b>							
Média de SKUs/loja (#milhares)	9,8	10,4	<b>10,6</b>	8,0%	1,7%	<b>10,5</b>	(0,9%)
Ruptura (4T21 = base 100)	100	232	<b>249</b>	149,4%	7,3%	<b>321</b>	28,8%
Disponibilidade (4T21 = base 100)	100	103	<b>104</b>	3,5%	1,0%	<b>101</b>	(2,5%)

Continuamos a observar cenário desafiador na cadeia de abastecimento, com índices de falta de medicamentos acima do normal, que, combinado ao movimento de integração logística e reforço de estoques de Extrafarma, levou ao acréscimo nos níveis de ruptura de estoques em loja no 4T22. O nível de serviço da indústria, medido pelo percentual de pedidos colocados e entregues dentro do prazo solicitado (OTIF), atingiu o menor patamar dos últimos 2 anos no trimestre.

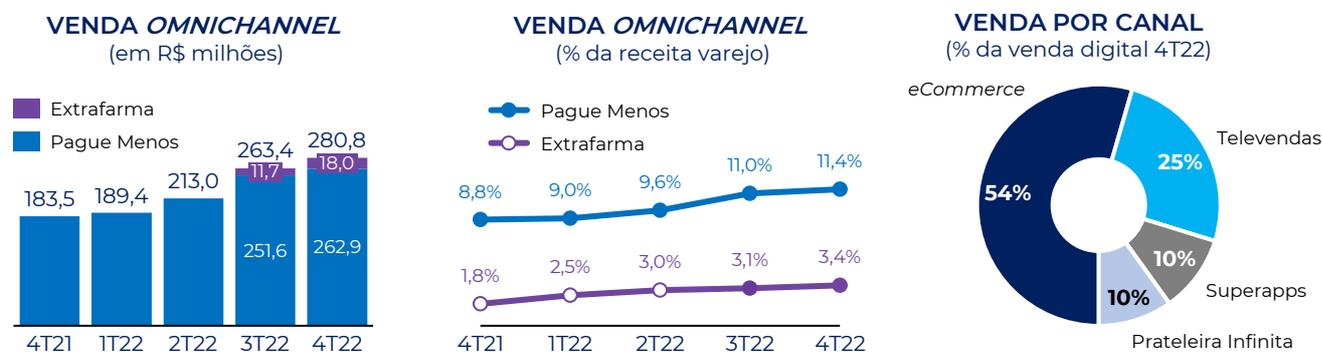
Apesar disso, o nível de disponibilidade de produtos em loja tem aumentado, por conta da expansão de sortimento realizado pela Companhia ao longo do último ano. Ao final de 2022, contávamos com uma média de 10,6 mil itens por loja na Pague Menos, crescimento de 8,0% em relação ao final de 2021. Apesar do crescimento no índice de ruptura de estoques, a maior abrangência do sortimento fez com que a disponibilidade de produtos aumentasse em 3,5% ao longo do ano.

Na Extrafarma, os esforços de balanceamento de estoques e eficiências na malha logística começam a ser refletidos em redução nos níveis de ruptura. No 4T22, a bandeira registrou uma ruptura 11% inferior à observada no 3T22, e o *gap* em relação ao mesmo indicador de Pague Menos, que no trimestre anterior foi de 56%, reduziu para 29%.

### PLATAFORMA OMNICHANNEL

Encerramos o ano com R\$ 946 milhões em vendas via canais digitais, crescimento de 51,8% em relação a 2021. O acelerado ritmo de crescimento, acima da média do mercado, foi concomitante à consistente melhora no nível de serviço (refletida na redução do tempo de entrega e avaliação de clientes) e saudável rentabilidade (refletida em margem EBITDA). Os resultados alcançados ao longo do ano reforçam o sucesso na execução de nossa estratégia de construção de robusta plataforma *omnichannel*, permitindo aos clientes múltiplas jornadas de compra.

No 4T22, as vendas *omnichannel* alcançaram 11,4% na Pague Menos, crescimento de 2,6p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre os canais digitais, destacou-se mais uma vez o *e-commerce* (site e app), atingindo 54% do total e registrando crescimento de vendas de 72% em relação ao 4T21. O bom desempenho é decorrente do relevante aumento de tráfego combinado com aumento na taxa de conversão, decorrente das melhorias em UX implementadas ao longo do ano e lançamento de novas *features* no app.



Na Extrafarma, foi iniciada a integração tecnológica dos canais digitais com a Pague Menos, o que irá viabilizar relevante ganho de escala nas operações. Até o final do 4T22, 224 lojas da rede receberam a funcionalidade de clique e retire e 78 lojas migraram o atendimento *delivery* para o Call Center. Ao longo de 2023, há um extenso *pipeline* de iniciativas que serão implementadas com o objetivo de reduzir o *gap* de participação da venda *omnichannel* em relação ao da Pague Menos. No 4T22, a Extrafarma registrou 3,4% das vendas via canais digitais, 8,0p.p. abaixo da participação em Pague Menos.

Nosso *market-share* nos canais digitais, medido pela IQVIA, atingiu 10,6% no 4T22. No ano de 2022, nossa participação de mercado foi de 10,9%, 0,6p.p. superior ao ano de 2021. O ritmo de crescimento nos canais digitais mais forte que a média de mercado tem grande influência da exposição geográfica maior nas regiões Norte e Nordeste, que se encontram em estágio inicial de utilização dos canais digitais. Ainda assim, ao expurgar o efeito do mix regional, continuamos a crescer acima da média do mercado em todas as regiões do país, com exceção do Centro-Oeste.

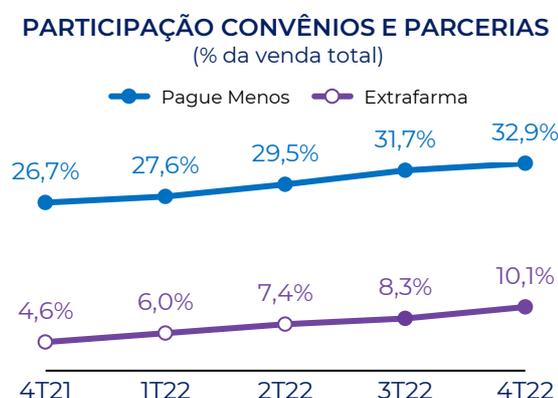
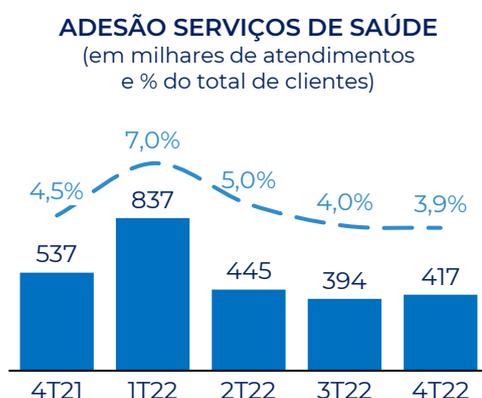
No 4T22 continuamos a sustentar bom nível de serviço aos clientes. O *app* Pague Menos acumulou mais de 2 milhões de downloads desde seu relançamento, no 4T21, contando com notas de 4,6 e 4,4 nas lojas de aplicativos de Apple e Google, respectivamente. Na plataforma Reclame Aqui, ambas as bandeiras Pague Menos e Extrafarma finalizaram o ano com nota de 8,3, entre as melhores do varejo farmacêutico nacional. O bom nível de avaliação dos clientes é decorrente de contínua melhoria nos indicadores de entrega e disponibilidade.

Em 2022, avançamos na proposta de integrar nosso Hub de Saúde com os canais digitais, levando a abordagem *omnichannel* também para nossa proposta de ser referência no atendimento primário de saúde. Contamos atualmente com todo o portfólio de serviços disponível para compra e agendamento no site e app. Ao longo do ano, mais de 200 mil agendamentos foram realizados a partir dos canais digitais.

### HUB DE SAÚDE

Em 2022 avançamos na proposta de valor de posicionar a Pague Menos como referência em atendimento primário no ecossistema de saúde, acoplando cada vez mais soluções e viabilizando uma jornada *one-stop-care* dos clientes. Com o controle da pandemia e a consequente queda de demanda por testes de Covid-19, houve uma natural redução na taxa de adesão de clientes aos serviços de saúde, mas com estabilização em patamar bem acima do pré-pandemia. Ao longo do ano, foram realizados aproximadamente 2 milhões de atendimentos em nosso Clinic Farma, que estimamos ter representado 25% do total do mercado de serviços de saúde executados nas farmácias do país.

Finalizamos o ano com 1.056 lojas equipadas com consultórios Clinic Farma, sendo 988 na Pague Menos e 68 na Extrafarma. No 4T22, foram realizados 417 mil atendimentos, com adesão de 3,9% da base de clientes total. A título de comparação, no 4T19, último trimestre do período pré-pandêmico, foram realizados 237 mil atendimentos, com adesão de 1,6% da base de clientes.



A Pague Menos foi a primeira rede de farmácias a escalar o serviço de teleconsultas em lojas nacionalmente, com o lançamento do programa *Sempre Bem Saúde*. Ao longo de 2022, importantes avanços regulatórios e tecnológicos fizeram com que o programa ganhasse tração, com mais de 70 mil adesões, mais de 50 mil consultas realizadas e mais de 600 consultórios habilitados para as diferentes modalidades de teleconsultas. Em 2023, o programa será repaginado e incluído como peça central no novo programa de fidelidade de Pague Menos e Extrafarma, o *Sempre Bem*. No programa, os clientes “ouro” (aqueles com alto desempenho de compras) são recompensados com benefícios como descontos em medicamentos e produtos marcas próprias, serviços básicos de saúde e frete grátis no *e-commerce*. Com a inclusão no escopo da teleconsulta, o cliente passa a ter a opção de pagamento mensal de R\$ 19,90 e ter acesso a todos os benefícios “ouro” além de atendimento com clínico geral ilimitado, 2 atendimentos psicológicos por mês e 1 atendimento nutricional por mês. Com essa mudança, os serviços de saúde, em especial a telemedicina, passam a ficar mais integrados ao nosso negócio e atingindo especialmente aquele cliente de “alto valor”.

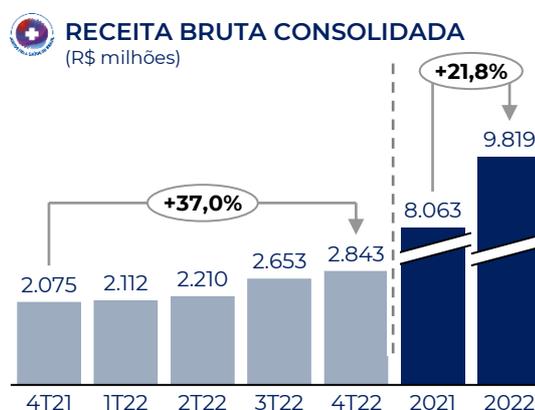
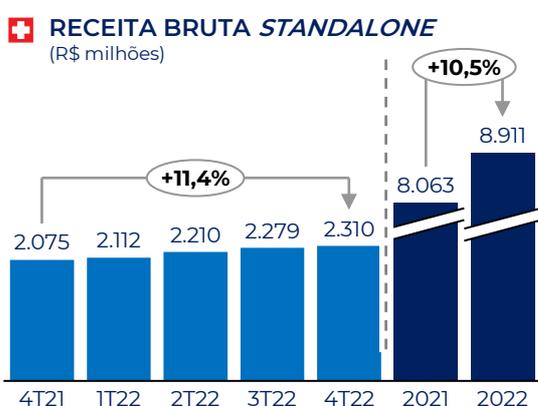
No 4T22, continuamos a ampliar a nossa rede de convênios e parcerias, que atingiu 32,9% das vendas em Pague Menos e 10,1% em Extrafarma. Ao longo de 2022, essa iniciativa contribuiu positivamente para a aquisição de novos clientes e incremento de receita média por cliente. 20% do total de novos clientes na base fizeram sua primeira compra na rede através de alguma parceria.

O Atendimento de Medicamentos Especiais (AME) continua a apresentar resultados consistentes, atingindo no 4T22 aproximadamente 1,0% da venda total em Pague Menos, crescendo 45% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao longo do ano, foram ativados produtos inovadores em diferentes áreas terapêuticas, levando o sortimento de alta complexidade para mais de 500 itens.

### RECEITA BRUTA

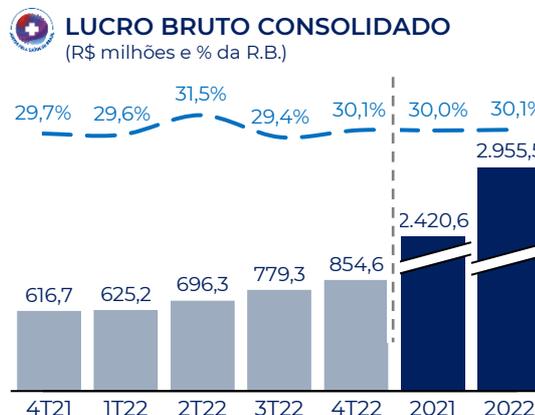
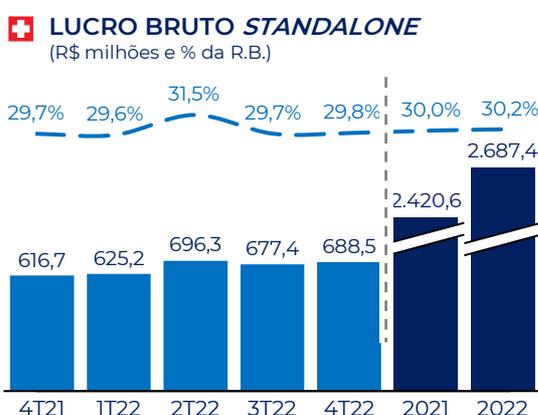
No ano de 2022, a receita bruta consolidada alcançou R\$ 9,8 bilhões, crescimento de 21,8% em relação ao ano anterior, combinando saudável ritmo de crescimento mesmas lojas, aceleração da expansão orgânica e a aquisição da Extrafarma. Em Pague Menos *standalone*, a receita bruta totalizou R\$ 8,9 bilhões, crescimento de 10,5% em relação a 2021. Nos últimos 3 anos, o crescimento anual composto foi de 9,5%.

No 4T22, registramos crescimento de 37,0% na receita bruta consolidada e 11,4% em Pague Menos *standalone*. Com o avanço da integração logística entre Pague Menos e Extrafarma, aumentaram no trimestre as vendas *intercompany* de abastecimento cruzado, totalizando R\$ 39,8 milhões no trimestre. Essas vendas foram eliminadas nos números reportados neste *release*.



### LUCRO BRUTO

O lucro bruto consolidado totalizou R\$ 3,0 bilhões em 2022, crescimento de 22,1% em relação a 2021. A margem bruta da Companhia foi de 30,1%, incremento de 0,1p.p. em relação ao ano anterior. A relativa estabilidade de margem está relacionada a um bom balanceamento em competitividade de preços (com cerca de 0,7p.p. de investimento via preços diferenciados no *e-commerce*, convênios e parcerias e ações comerciais) compensados parcialmente por evolução favorável no mix de vendas (crescimento de genéricos e marcas próprias), efeito da pré-alta e redução no índice de perdas com estoques. A margem bruta anual foi de 30,2% na Pague Menos e 29,5% na Extrafarma.



No 4T22, o lucro bruto consolidado alcançou R\$ 854,6 milhões, crescendo 38,6% na comparação anual. A margem bruta consolidada foi de 30,1%, incremento de 0,4p.p. em relação ao 4T21. Na Pague Menos, registramos relativa estabilidade de margem, com pressão de 0,7p.p. em função do crescimento estratégico do e-commerce e vendas via parcerias e convênios ganhando participação nas vendas totais, mais que compensada pela evolução favorável no mix vendas (genéricos, marcas próprias e itens de higiene e beleza) e acordos comerciais em parceria com a indústria, além de um efeito positivo do AVP (ajuste a valor presente).

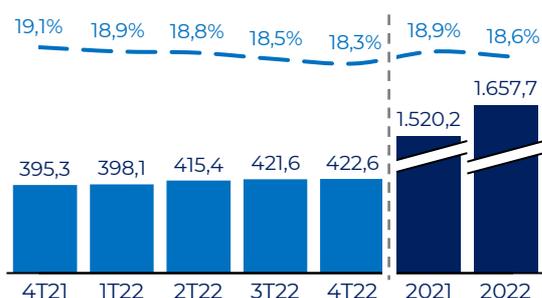
### DESPESAS DE VENDAS

Ao longo de 2022, em virtude do desafiador cenário macroeconômico, intensificamos as ações para redução de despesas, refletindo em maior eficiência operacional e diluição nas principais rubricas de gestão direta da Companhia.

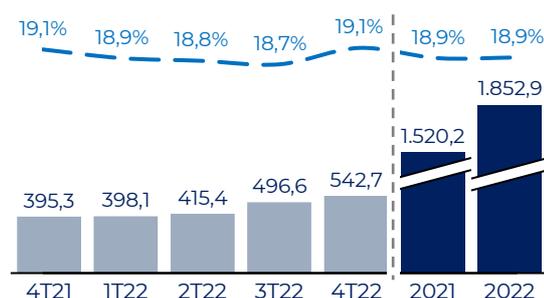
Como resultado, as despesas com vendas na Pague Menos *standalone* totalizaram R\$ 1,7 bilhão no ano completo, crescimento de 9,0% em relação a 2021. Normalizando a despesa pela quantidade de lojas, o crescimento foi de 1,6%, abaixo da inflação registrada no período. Como percentual da receita, houve no ano diluição de 0,3p.p., contribuindo diretamente para o crescimento da margem de contribuição da operação e EBITDA no período.

No 4T22, as despesas com vendas na Pague Menos *standalone* representaram 18,3% da receita, redução de 0,8p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior e 0,2p.p. menor que o trimestre anterior. O ganho de eficiência é resultado principalmente da redução na quantidade média de funcionários por loja (de 14,0 no 4T21, para 13,3 no 3T22 e 12,8 no 4T22). Além disso, projetos de redução de despesas, contemplando *bids* com fornecedores e racionalização de gastos geraram economia de 0,4p.p. nas rubricas de serviços, utilidades, suprimentos, segurança e manutenção. Também contribuiu para o resultado no trimestre uma dinâmica inflacionária positiva, com o aumento médio de preços de produtos (apurado em 9,6% no 4T22) superior aos indexadores de despesas, em geral atrelados ao IPCA ou IGP-M.

**DESP. VENDAS STANDALONE**  
(R\$ milhões e % da R.B.)



**DESP. VENDAS CONSOLIDADO**  
(R\$ milhões e % da R.B.)



Importante destacar que a diluição de despesas ocorre em momento de relevante aceleração na expansão orgânica, que tende a pressionar as margens devido ao estágio inicial de maturação das novas lojas. O perfil das novas lojas abertas, no entanto, deve contribuir positivamente com a rentabilidade do portfólio geral à medida em que avancem em sua maturação, pois são lojas com estrutura de despesas mais atrativa que a média do portfólio total.

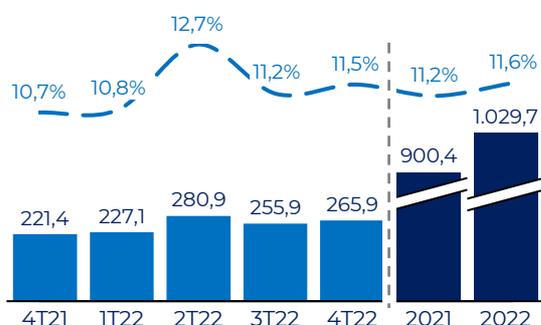
No consolidado, as despesas com vendas totalizaram 18,9% da receita no ano, estável na comparação com 2021. As lojas da Extrafarma ainda estão em patamar de despesas sobre o faturamento muito acima da Pague Menos (21,1% vs 18,3% no 4T22), em decorrência direta do *gap* de venda média por loja das duas bandeiras. À medida que as sinergias de vendas e despesas sejam capturadas, esse *gap* tende a ser reduzido ou até mesmo eliminado.

### MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Como resultado do crescimento de margem bruta e diluição de despesas, a margem de contribuição consolidada cresceu 0,1p.p. em 2022, encerrando o ano em 11,3%. Por bandeira, a margem de contribuição foi de 11,6% na Pague Menos e 8,8% na Extrafarma (acumulado de agosto a dezembro).

No 4T22, a margem de contribuição na Pague Menos *standalone* foi de 11,5%, crescendo 0,8p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior e 0,3p.p. em relação ao trimestre anterior. Este crescimento é muito representativo, considerando que a companhia terminou o ano com 198 lojas em estágio de maturação (menos de 3 anos de operação), o que significa que as lojas maduras estão “financiando” a pressão temporária de margens das lojas novas.

 **MG. CONTRIBUIÇÃO STANDALONE**  
(R\$ milhões e % da R.B.)



 **MG. CONTRIBUIÇÃO CONSOLIDADO**  
(R\$ milhões e % da R.B.)

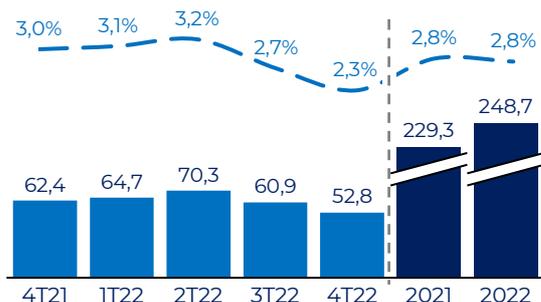


### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (G&A)

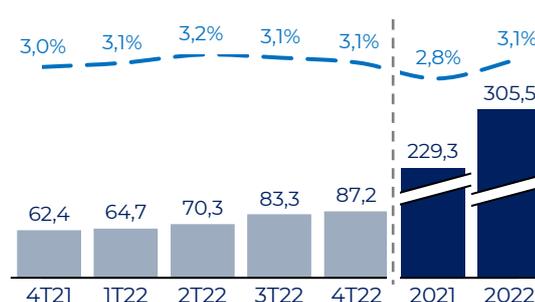
As despesas gerais e administrativas (G&A) consolidadas totalizaram R\$ 305,5 milhões em 2022, o equivalente a 3,1% da receita bruta (+0,3p.p. vs 2021). O incremento está relacionado à integração da estrutura corporativa da Extrafarma, que, atualmente, conta com proporção de despesas G&A sobre o faturamento bem superior a Pague Menos, por conta da menor base de lojas e venda média por loja inferior.

Desconsiderando os centros de custo relacionados à Extrafarma, as despesas G&A em 2022 totalizaram R\$248,7 milhões, representando 2,8% da receita bruta, estável em relação a 2021. Apesar do aumento de G&A observado ao longo do primeiro semestre do ano, com pressões inflacionárias e aumento de estrutura corporativa, executamos um bem sucedido programa de racionalização de despesas ao longo do segundo semestre, que, combinado ao redesenho da estrutura organizacional decorrente da integração com a Extrafarma e à maturação do novo ciclo de expansão, permitiram a estabilidade no G&A no ano completo.

 **DESPESAS G&A STANDALONE**  
(R\$ milhões e % da R.B.)



 **DESPESAS G&A CONSOLIDADO**  
(R\$ milhões e % da R.B.)

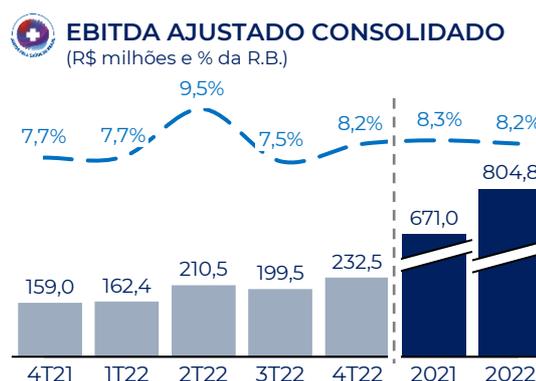
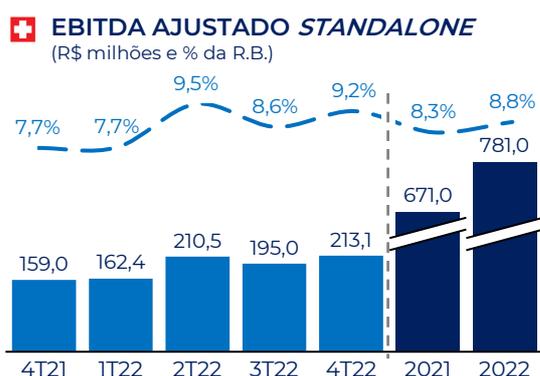


No 4T22, o G&A consolidado totalizou R\$ 87,2 milhões, o equivalente a 3,1% da receita bruta, estável em relação ao patamar do 3T22 e levemente acima do 4T21. Dessa forma, as pressões decorrentes da integração da estrutura corporativa da Extrafarma, que em um momento inicial contribuem negativamente para a dinâmica de diluição de despesas, foram compensadas por sinergias organizacionais e à disciplina no controle de gastos. Na rubrica de consultorias e serviços de terceiros, houve uma redução de 0,3p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

### EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado consolidado de 2022 foi de R\$ 804,8 milhões, crescimento de 19,9% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA ajustada encerrou o ano em 8,2%, recuo de 0,1% em relação a 2021, em decorrência da consolidação da Extrafarma. Expurgando os efeitos da aquisição, a margem EBITDA ajustada ficou em 8,8% no ano, registrando um expressivo crescimento de 0,5p.p. em relação ao ano anterior.

Importante destacar que, com esse resultado, acumulamos **incremento de 1,4p.p. de margem EBITDA nos últimos 3 anos** em Pague Menos, evidenciando o sucesso em nossa estratégia de crescimento sustentável combinado com ganhos de rentabilidade.



No 4T22, o EBITDA ajustado consolidado alcançou R\$ 232,5 milhões, robusto crescimento de 46,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem ajustada foi de 8,2%, incremento de 0,5p.p. em relação ao 4T21, mesmo com a incorporação dos resultados de Extrafarma, que pressionaram a margem em 1,0p.p. devido ao patamar inferior de rentabilidade na operação. Apesar disso, já observamos no 4T22 uma melhora sequencial no desempenho, na comparação com o trimestre anterior. A melhora está relacionada ao início de captura de sinergias, conforme apresentado a seguir.

### INTEGRAÇÃO EXTRAFARMA E CAPTURA DE SINERGIAS

O principal foco da Companhia tem sido executar de forma bem sucedida a integração com a Extrafarma, e com isso acelerar a captura de sinergias mapeadas entre R\$ 180 milhões a R\$ 275 milhões em EBITDA incremental por ano, conforme detalhadas em nosso Formulário de Referência. No últimos meses, apresentamos importantes avanços no plano de integração.

Foi finalizado em janeiro de 2023, apenas cinco meses após o início da integração, a migração de sistemas e processos em todos os Centros de Distribuição afetados pelo projeto, permitindo assim a unificação da malha logística entre as duas bandeiras. O processo foi concluído de forma antecipada em relação ao cronograma original. A integração logística permitirá uma relevante otimização no abastecimento de lojas, com redução no custo de frete, redução de *leadtimes*, aumento na frequência de abastecimento e redução na ruptura de estoques.

Lojas localizadas nos estados BA, PE e TO, que fizeram parte da primeira fase de migração de abastecimento, apresentaram a partir de dezembro importantes avanços em indicadores operacionais. Nesses estados, havia antes do início da integração *gap* de margem bruta de aproximadamente 6p.p. entre as bandeiras Pague Menos e Extrafarma. Em dezembro de 2022, esse *gap* de margem já havia sido completamente fechado. Além disso, observamos redução no índice de ruptura de estoques dessas lojas de cerca de 50% após a alteração da malha logística.

Em fevereiro de 2023 concluímos a migração de todos dos sistemas legados Extrafarma para a infraestrutura tecnológica da Pague Menos. O processo foi concluído 3 meses antes do prazo máximo acordado com o Grupo Ultra para manutenção de servidores e licenças dos sistemas envolvidos. Com essa migração, economizaremos R\$ 1,5 milhão com despesas de tecnologia por mês a partir de abril, além de acelerar a captura das outras sinergias operacionais.

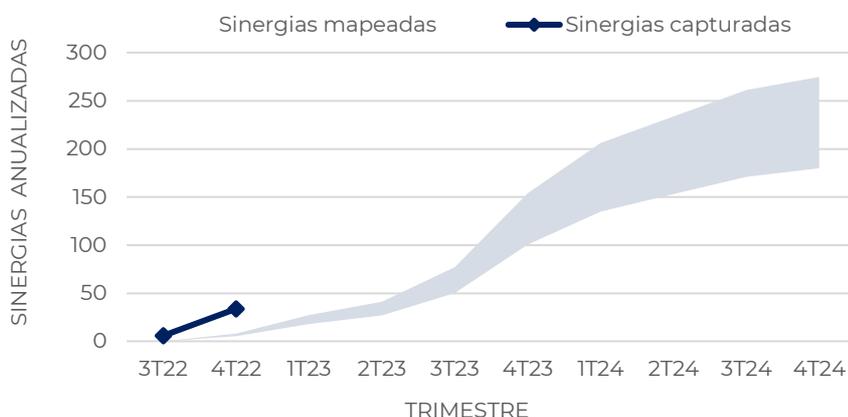
Também avançamos na reestruturação organizacional, com a unificação do organograma corporativo a partir de outubro de 2022. Além disso, já começaram a ser eliminadas redundâncias operacionais e de serviços de terceiros, contribuindo para diluição de despesas gerais e administrativas já no 4T22.

Na frente comercial, também houve relevante avanço na estratégia de *vendor management*. Condições de pagamento, em geral mais dilatadas em Pague Menos, foram replicadas para a praticamente todos os pedidos de compra da Extrafarma até o final do 4T22. O nivelamento das condições de preço de compra foi parcialmente executado no 4T22 e será finalizado no 1T23, já impactando na margem bruta do trimestre.

Como resultado das múltiplas iniciativas, observamos incremento de 0,8p.p. na Margem EBITDA ajustada da Extrafarma em relação ao trimestre anterior (3,0% versus 2,2%), que considera apenas os meses de agosto e setembro (pós-*closing* da transação).

Registramos no 4T22 volume de R\$ 14,0 milhões em sinergias, decorrentes principalmente do redesenho organizacional (R\$ 3,7 milhões), eficiências logísticas (R\$ 2,0 milhões), *vendor management* e marcas próprias (R\$ 2,1 milhões), ampliação do sortimento (R\$ 1,8 milhões), entre outros. O valor foi parcialmente compensado por dissinergias estimadas em R\$ 5,5 milhões, relacionadas a i) o encerramento da operação de atacado e desinvestimentos de lojas impostos pelo CADE (R\$ 2,2 milhões); e ii) tempo de adaptação e impactos das viradas de sistemas de CDs no abastecimento de lojas, normais em processos de integração logística nessa escala (R\$ 3,3 milhões). Além disso, reconhecemos no trimestre volume de R\$ 9,1 milhões em despesas não recorrentes relacionadas ao estágio inicial da integração, já desconsideradas no resultado ajustado apresentado neste *release*. Em bases anualizadas, as sinergias capturadas no 4T22, líquidas de dissinergias, representam R\$ 34 milhões, equivalente a 15% do potencial mapeado na transação.

 **CURVA DE CAPTURA DE SINERGIAS**  
(R\$ milhões)



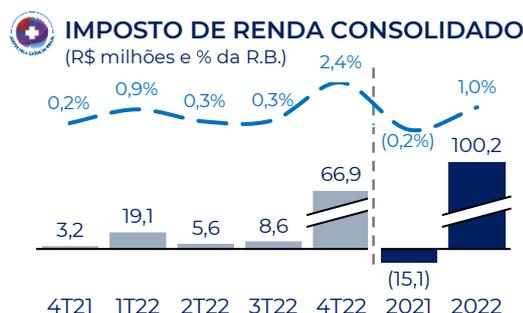
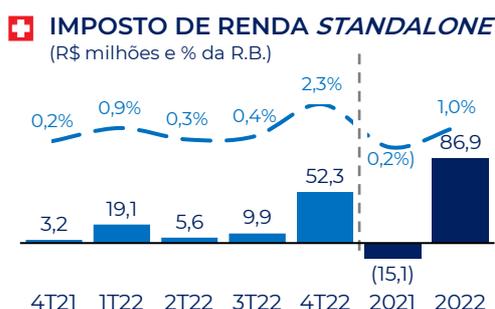
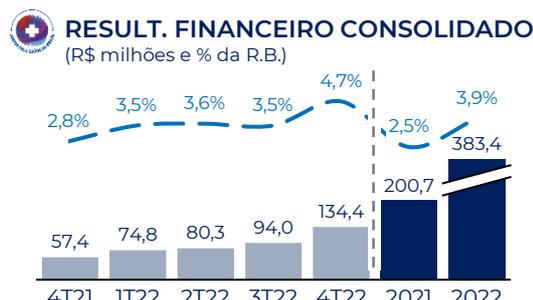
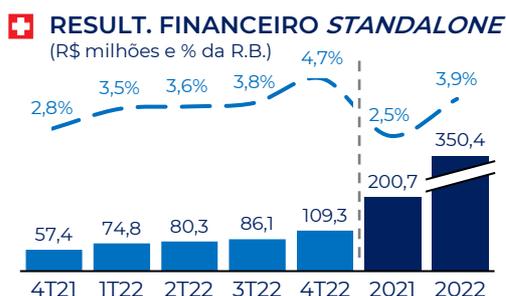
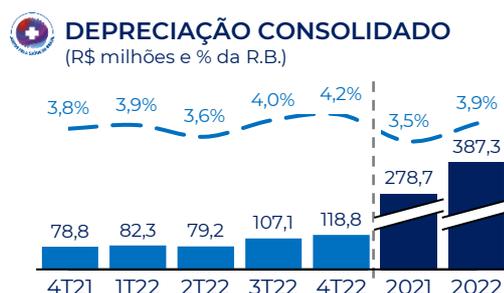
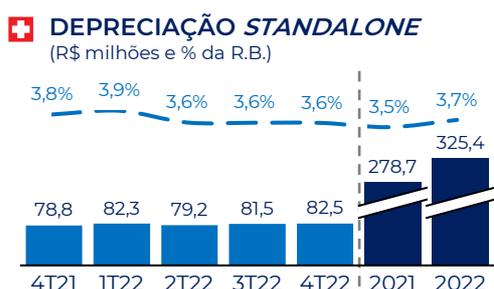
<sup>5</sup> considera apenas os meses pós *closing* da transação (agosto e setembro de 2022). Ajustado para contemplar a contabilização do ajuste a valor presente (AVP), contabilizado no 4T22.

### DEPRECIÇÃO, RESULTADO FINANCEIRO E IR/CS

Depreciações e amortizações totalizaram R\$ 387,3 milhões de forma consolidada em 2022, equivalente a 3,9% da receita bruta. Em relação a 2021, houve crescimento de 39,0% (16,8% em Pague Menos *standalone*), em decorrência do crescimento na base de lojas da Companhia e investimento relevante em *Capex* no período. No 4T22, depreciações e amortizações totalizaram R\$ 118,8 milhões (R\$ 82,5 milhões *standalone*), equivalente a 4,2% da receita bruta (3,6% *standalone*).

No 4T22, houve crescimento em despesas financeiras, em decorrência da alta nas taxas de juros e reflexos nos custos de empréstimos e financiamentos. O resultado financeiro consolidado totalizou R\$ 134,4 milhões, equivalente a 4,7% da receita bruta consolidada. Em Pague Menos *standalone* houve crescimento de 90,4%, atingindo R\$ 109,3 milhões, equivalente a 4,7% da receita bruta. No acumulado do ano, R\$ 383,4 milhões no consolidado e R\$ 350,4 milhões em Pague Menos *standalone*.

Compensando parte do efeito negativo do resultado financeiro no ano, registramos imposto de renda diferido positivo de R\$ 100,2 milhões em 2022, resultado principalmente de: i) deliberação de juros sobre capital próprio; ii) créditos decorrentes da exclusão das correções monetárias pela selic sobre indêbitos tributários; iii) incentivos fiscais reconhecidos no âmbito da Lei do Bem; e iv) redução no lucro tributável no período e consolidação da base de prejuízo fiscal da Extrafarma.



### LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

Registramos lucro líquido ajustado de R\$ 134,8 milhões no ano de 2022, impactado pela consolidação dos resultados negativos de Extrafarma, que totalizaram R\$ 57,8 milhões no período entre agosto e dezembro. Em Pague Menos *standalone*, registramos lucro líquido ajustado de R\$ 192,0 milhões, crescimento de 8,7% em relação a 2021. A margem líquida consolidada foi de 1,4% da receita bruta (2,2% em Pague Menos *standalone*, estável em relação ao ano anterior).

No 4T22, o lucro líquido ajustado consolidado foi de R\$ 46,5 milhões (R\$ 73,7 milhões em Pague Menos *standalone*), crescimento de 78,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (183,5% *standalone*), em decorrência do crescimento importante na margem EBITDA ajustada e efeito da deliberação de juros de capital próprio no período.

**LUCRO LÍQUIDO STANDALONE**  
(R\$ milhões e % da R.B.)



**LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO**  
(R\$ milhões e % da R.B.)



### RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO AJUSTADO

Para melhor entendimento e comparabilidade com os períodos anteriores, o resultado do 4T22 foi ajustado de forma a expurgar eventos não recorrentes, relacionados à aquisição da Extrafarma. Apresentamos abaixo o detalhamento dos ajustes realizados, bem como seus respectivos impactos no resultado. A conciliação completa do resultado contábil e ajustado é apresentada no Anexo 1 deste release.

Descrição Ajuste	Efeito líquido no resultado standalone				Efeito líquido no resultado consolidado			
	4T21	4T22	2021	2022	4T21	4T22	2021	2022
<b>Lucro Líquido Contábil</b>	<b>21,1</b>	<b>96,5</b>	<b>164,5</b>	<b>258,2</b>	<b>21,1</b>	<b>96,5</b>	<b>164,5</b>	<b>258,2</b>
Gastos não recorrentes relacionados ao fechamento da aquisição Extrafarma	7,5	6,0	18,4	16,1	7,5	7,1	18,4	18,6
Receita de compra vantajosa (Extrafarma)	-	(106,7)	-	(244,5)	-	(106,7)	-	(244,5)
Eliminação vendas intercompany	-	4,6	-	4,6	-	4,6	-	4,6
Reestruturação organizacional (Extrafarma)	-	-	-	-	-	4,5	-	4,5
Provisões de juros de parcelas a pagar pela transação de aquisição Extrafarma	-	11,4	-	24,2	-	11,4	-	24,2
Desinvestimentos e fechamentos de lojas Extrafarma	-	-	-	-	-	3,5	-	5,7
Exclusão da equivalência patrimonial de Extrafarma no resultado <i>standalone</i>	-	33,2	-	65,6	-	-	-	-
Efeito no IRPJ e CSLL dos ajustes	(2,5)	28,8	(6,2)	67,9	(2,5)	25,7	(6,2)	63,5
<b>Total - Efeito no Lucro Líquido</b>	<b>4,9</b>	<b>(22,8)</b>	<b>12,1</b>	<b>(66,2)</b>	<b>4,9</b>	<b>(50,0)</b>	<b>12,1</b>	<b>(123,4)</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>26,0</b>	<b>73,7</b>	<b>176,6</b>	<b>192,0</b>	<b>26,0</b>	<b>46,5</b>	<b>176,6</b>	<b>134,8</b>

### CICLO DE CAIXA

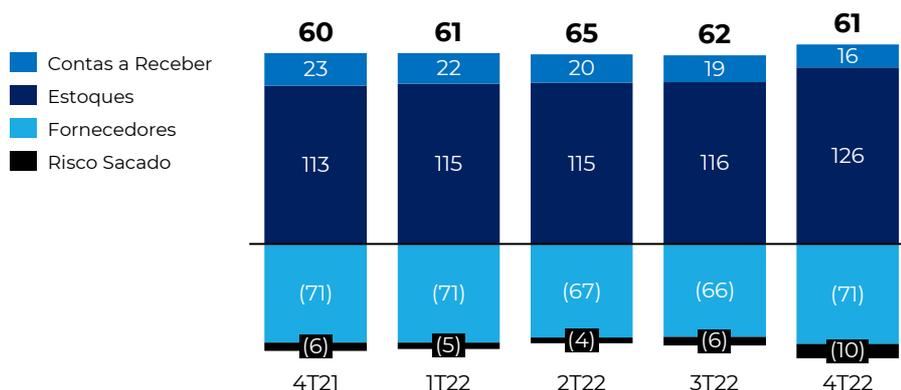
Ao final de 2022, o ciclo de caixa operacional da Companhia foi de 61 dias, redução de 1 dia em relação ao trimestre anterior, e incremento de 1 dia em relação ao final de 2021. Em linha com o planejamento de integração com a Extrafarma, está sendo realizado um relevante investimento em estoques, com foco em redução no índice de ruptura e ampliação do sortimento. Esse impacto no ciclo de caixa tem sido financiado com antecipação de recebíveis e incremento de prazos de pagamento a fornecedores.

Importante destacar que, a partir do 4T22, operações de risco sacado, em que os fornecedores antecipam junto a bancos os recebíveis da companhia, foram reclassificadas nas Demonstrações Financeiras da rubrica de Fornecedores para Empréstimos e Financiamentos. Porém, para fins deste release, continuamos considerando estas transações como Fornecedores.

Estas operações ocorrem por iniciativa dos fornecedores, por sua necessidade de gerenciamento de capital de giro, e resultam em receita financeira para as instituições financeiras, que compartilham parte com a companhia na forma de extensão no prazo de pagamento. No 4T22, essas operações estenderam o prazo médio de pagamento originalmente das faturas objeto das transações em 34 dias (24 dias no 4T21).



#### CICLO DE CAIXA CONSOLIDADO<sup>6</sup> (em dias de CMV e dias de Receita Bruta)

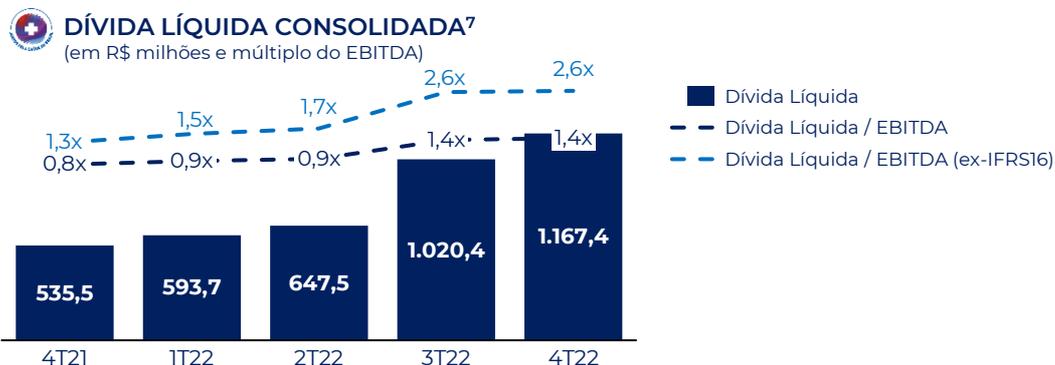


### ENDIVIDAMENTO

A dívida líquida consolidada totalizou R\$ 1.167,4 milhões ao final de 2022, equivalente a 1,4x o EBITDA ajustado dos últimos doze meses (2,6x quando desconsiderados os efeitos do IFRS 16). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, registramos um incremento de R\$ 631,9 milhões, relacionado principalmente ao pagamento da primeira parcela da aquisição da Extrafarma (R\$ 365 milhões), ciclo de caixa operacional (R\$ 119 milhões, em sua maioria relacionado ao investimento em estoques da Extrafarma) e ao serviço da dívida no período (R\$ 123 milhões).

O perfil da dívida continua saudável, com *duration* médio de 2,7 anos e mais de 80% dos vencimentos ocorrendo de 2024 em diante.

<sup>6</sup> O cálculo do Prazo Médio de Estoques e do Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores desconsidera os efeitos do AVP, acordos comerciais e tributos a recuperar.



## FLUXO DE CAIXA

Em 2022, registramos fluxo de caixa livre negativo de R\$ 462,4 milhões, impactado pelo pagamento da 1ª parcela referente à aquisição da Extrafarma (R\$ 365,4 milhões) e as demais iniciativas relacionadas ao início da integração. Desconsiderando o efeito de Extrafarma na geração de caixa (parcela da aquisição, resultado operacional, *capex* de integração e normalização do ciclo de caixa), o fluxo de caixa livre atingiu o *breakeven* no ano, que se compara ao consumo de caixa de R\$ 200 milhões registrado em 2021.

Fluxo de Caixa Gerencial (R\$ milhões)	4T21	4T22	2021	2022
<b>EBITDA Consolidado</b>	<b>151,5</b>	<b>327,8</b>	<b>652,6</b>	<b>1.024,2</b>
(-) Pagamentos de arrendamento (IFRS 16)	(78,9)	(104,7)	(270,4)	(359,9)
(-) Ganho por compra vantajosa	-	(115,0)	-	(252,8)
(Δ) Contas a receber	26,4	76,3	(7,3)	149,0
(Δ) Estoques	(98,6)	(255,4)	(250,8)	(585,2)
(Δ) Fornecedores	93,2	85,9	39,5	168,1
(Δ) Operações de risco sacado	30,5	101,0	27,8	138,9
(Δ) Tributos a recuperar	(56,6)	(23,4)	(83,2)	(49,5)
(+/-) Variação outros ativos e passivos/Efeitos não caixa	(15,5)	(87,6)	(66,8)	(31,8)
<b>(=) Fluxo de caixa das operações</b>	<b>51,9</b>	<b>4,8</b>	<b>41,4</b>	<b>201,2</b>
(-) Investimentos de capital	(100,9)	(101,9)	(241,5)	(318,3)
(-) Aquisição de empresas	-	-	-	(365,4)
(+) Caixa advindo da combinação de negócios	-	-	-	20,1
<b>(=) Fluxo de caixa de investimentos</b>	<b>(100,9)</b>	<b>(101,9)</b>	<b>(241,5)</b>	<b>(663,6)</b>
<b>Fluxo de caixa livre</b>	<b>(49,0)</b>	<b>(97,1)</b>	<b>(200,1)</b>	<b>(462,4)</b>
(+) Captação de dívida bruta	450,0	149,8	610,0	649,8
(-) Pagamento de dívida bruta	(39,0)	(83,3)	(300,8)	(531,4)
(-) Serviço da dívida	(15,7)	(47,8)	(50,8)	(123,4)
(-) Recompra de ações / Integralização de capital	(15,0)	(6,4)	(24,2)	(20,0)
(+) Dividendos e JCP recebidos (pagos)	-	0,2	-	1,5
<b>(=) Fluxo de caixa de financiamento</b>	<b>380,3</b>	<b>12,4</b>	<b>234,3</b>	<b>(23,6)</b>
Saldo inicial de caixa, equivalentes e aplic. financeiras	322,8	252,8	620,0	654,1
Saldo final de caixa, equivalentes e aplic. financeiras	654,1	168,1	654,1	168,1
<b>Variação de Caixa e Equivalentes</b>	<b>331,3</b>	<b>(84,7)</b>	<b>34,2</b>	<b>(486,0)</b>

<sup>7</sup> Operações de risco sacado, demonstradas na Nota Explicativa 15 das Demonstrações Financeiras, estão sendo consideradas como fornecedores e desconsideradas dos cálculos de endividamento, para fins deste *release*

### INVESTIMENTOS

Em 2022, foram investidos R\$ 324,7 milhões, direcionados principalmente à expansão orgânica. Desse valor cerca de R\$ 25,0 milhões foram direcionados à Extrafarma, sendo R\$ 19,1 milhões relacionados a projetos de integração tecnológica e logística e R\$ 5,9 milhões em reformas de lojas e conversões de bandeiras.

Capex (R\$ milhões)	2021	%	2022	%
Expansão	116,3	48%	212,5	65%
Reforma de lojas	69,1	29%	28,2	9%
Tecnologia	25,4	11%	55,7	17%
Infraestrutura de lojas, CDs e escritórios	30,7	13%	28,4	9%
<b>Total</b>	<b>241,5</b>	<b>100%</b>	<b>324,7</b>	<b>100%</b>

### JORNADA ESG

Em 2022, demos passos significativos em nossa Jornada ESG. Lançamos oficialmente a nossa Agenda ESG, com 9 compromissos e 32 metas públicas com horizontes de alcance de curto, médio e longo prazos, contemplando boas práticas nas três dimensões da sustentabilidade: ambiental, social e governança. E, já no primeiro ano, concretizamos a entrega de 20% das metas previstas na Agenda, em importantes iniciativas que hoje estão integradas à nossa operação e estratégia de negócio.

Na dimensão **Saúde para as Pessoas**, avançamos na geração de valor para sociedade e na ampliação do acesso a saúde, por meio das iniciativas do nosso Programa de Voluntariado, o Programa Gigantes Solidários. Além de incentivar a prática do voluntariado corporativo, contando com a adesão de mais de 6,4 mil colaboradores em todo o Brasil, o Programa contribuiu diretamente com o principal propósito de nossa Agenda ESG, o de reduzir as desigualdades de acesso a uma vida saudável, por meio do projeto Jornada da Saúde. No projeto, impactamos comunidades no entorno de nossas lojas com campanhas de conscientização no cuidado a saúde e oferta gratuita de serviços básicos como aferição de pressão, bioimpedância e oximetria.

Na dimensão **Saúde para o Meio Ambiente**, avançamos na renovação de nossa matriz energética, alcançando a importante marca de 100% das lojas, em até 2 anos após a abertura, abastecidas com energia solar. Além disso, realizamos o nosso primeiro Inventário de Emissões, contemplando os escopos 1 e 2. Com isso, iniciamos o desenho mais estruturado de nossa estratégia climática para os próximos anos, definindo as principais frentes de trabalho.

Na dimensão **Saúde para os Negócios**, continuamos a investir no desenvolvimento pessoal e profissional de nossos colaboradores, além de ampliar o acesso à educação de qualidade para a sociedade. Alcançamos 15 horas de treinamento por colaborador ao longo do ano. Foram ainda disponibilizadas bolsas de ensino integral de graduação e pós-graduação para 12,5% da liderança da Companhia, além de bolsas de até 60% para demais colaboradores e dependentes, duas metas previstas para o ano de 2025.

Também empenhamos esforços em promover a diversidade e inclusão em todas as nossas unidades de negócio. Foram implementados 5 Programas de Inclusão ao longo de 2022: Programa Trainee Operações (com vagas afirmativas para as frentes prioritárias), Programa de Desenvolvimento Individual Acelerado (também para as frentes prioritárias), Programa de Representatividade (composto pelos nossos grupos de afinidade e pela Comissão de Diversidade e Inclusão), Programa de Atração e Seleção Inclusivos, no qual revisamos nossa Política de Atração e Seleção, remodelando o processo com foco na promoção da inclusão de nossas frentes prioritárias e, por fim, Programa de Acessibilidade, onde implementamos um Manual de Boas Práticas de Inclusão. Importante ainda destacar que, pelo segundo ano consecutivo, passamos a integrar a carteira do índice GPTW da B3.

Para mais informações sobre a nossa jornada ESG, acesse <https://esg.paguemenos.com.br/>

### ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 6-R2 (IFRS 16), que alterou o modelo de reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Para preservar a comparabilidade histórica apresentamos abaixo a conciliação com a norma anterior (IAS 17/CPC 06).

#### DRE PAGUE MENOS STANDALONE

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	4T21	4T22	Δ	4T21	4T22	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.074,8</b>	<b>2.310,4</b>	<b>11,4%</b>	<b>2.074,8</b>	<b>2.310,4</b>	<b>11,4%</b>
Deduções	(131,1)	(149,9)	14,3%	(131,1)	(149,9)	14,3%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.943,6</b>	<b>2.160,6</b>	<b>11,2%</b>	<b>1.943,6</b>	<b>2.160,6</b>	<b>11,2%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.327,0)	(1.472,1)	10,9%	(1.327,0)	(1.472,1)	10,9%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>616,7</b>	<b>688,5</b>	<b>11,6%</b>	<b>616,7</b>	<b>688,5</b>	<b>11,6%</b>
<i>Margem Bruta</i>	29,7%	29,8%	0,1p.p.	29,7%	29,8%	0,1p.p.
Despesas com Vendas	(474,2)	(501,3)	5,7%	(395,3)	(422,6)	6,9%
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>142,4</b>	<b>187,2</b>	<b>31,4%</b>	<b>221,4</b>	<b>265,9</b>	<b>20,1%</b>
<i>Margem de Contribuição (%)</i>	6,9%	8,1%	1,2p.p.	10,7%	11,5%	0,8p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(62,4)	(52,8)	(15,4%)	(62,4)	(52,8)	(15,4%)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>80,0</b>	<b>134,4</b>	<b>68,0%</b>	<b>159,0</b>	<b>213,1</b>	<b>34,1%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	3,9%	5,8%	1,9p.p.	7,7%	9,2%	1,5p.p.
Depreciação e Amortização	(24,9)	(29,7)	19,7%	(78,8)	(82,5)	4,7%
Resultado Financeiro	(22,4)	(74,5)	232,6%	(57,4)	(109,3)	90,4%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>32,8</b>	<b>30,2</b>	<b>(7,8%)</b>	<b>22,8</b>	<b>21,4</b>	<b>(6,1%)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,2)	49,3	-	3,2	52,3	1517,2%
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>32,6</b>	<b>79,5</b>	<b>143,8%</b>	<b>26,0</b>	<b>73,7</b>	<b>183,5%</b>
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	1,6%	3,4%	1,8p.p.	1,3%	3,2%	1,9p.p.

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	2021	2022	Δ	2021	2022	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>8.062,9</b>	<b>8.911,3</b>	<b>10,5%</b>	<b>8.062,9</b>	<b>8.911,3</b>	<b>10,5%</b>
Deduções	(534,2)	(577,4)	8,1%	(534,2)	(577,4)	8,1%
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.528,7</b>	<b>8.333,9</b>	<b>10,7%</b>	<b>7.528,7</b>	<b>8.333,9</b>	<b>10,7%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.108,1)	(5.646,5)	10,5%	(5.108,1)	(5.646,5)	10,5%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.687,4</b>	<b>11,0%</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.687,4</b>	<b>11,0%</b>
<i>Margem Bruta</i>	30,0%	30,2%	0,2p.p.	30,0%	30,2%	0,2p.p.
Despesas com Vendas	(1.790,6)	(1.973,8)	10,2%	(1.520,2)	(1.657,7)	9,0%
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>629,9</b>	<b>713,7</b>	<b>13,3%</b>	<b>900,4</b>	<b>1.029,7</b>	<b>14,4%</b>
<i>Margem de Contribuição (%)</i>	7,8%	8,0%	0,2p.p.	11,2%	11,6%	0,4p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(229,3)	(248,7)	8,4%	(229,3)	(248,7)	8,4%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>400,6</b>	<b>465,0</b>	<b>16,1%</b>	<b>671,0</b>	<b>781,0</b>	<b>16,4%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	5,0%	5,2%	0,2p.p.	8,3%	8,8%	0,5p.p.
Depreciação e Amortização	(92,8)	(111,0)	19,5%	(278,7)	(325,4)	16,8%
Resultado Financeiro	(80,4)	(211,5)	163,0%	(200,7)	(350,4)	74,6%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>227,4</b>	<b>142,5</b>	<b>(37,3%)</b>	<b>191,7</b>	<b>105,2</b>	<b>(45,1%)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27,2)	74,1	-	(15,1)	86,9	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>200,1</b>	<b>216,6</b>	<b>8,3%</b>	<b>176,6</b>	<b>192,0</b>	<b>8,7%</b>
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	2,5%	2,4%	(0,1p.p.)	2,2%	2,2%	-

# RESULTADOS 4T22 & 2022

» ANEXOS

## DRE PAGUE MENOS CONSOLIDADO

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	4T21	4T22	Δ	4T21	4T22	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.074,8</b>	<b>2.843,4</b>	<b>37,0%</b>	<b>2.074,8</b>	<b>2.843,4</b>	<b>37,0%</b>
Deduções	(131,1)	(183,2)	39,7%	(131,1)	(183,2)	39,7%
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.943,6</b>	<b>2.660,3</b>	<b>36,9%</b>	<b>1.943,6</b>	<b>2.660,3</b>	<b>36,9%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.327,0)	(1.805,6)	36,1%	(1.327,0)	(1.805,6)	36,1%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>616,7</b>	<b>854,6</b>	<b>38,6%</b>	<b>616,7</b>	<b>854,6</b>	<b>38,6%</b>
<i>Margem Bruta</i>	29,7%	30,1%	0,4p.p.	29,7%	30,1%	0,4p.p.
Despesas com Vendas	(474,2)	(639,6)	34,9%	(395,3)	(535,0)	35,3%
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>142,4</b>	<b>215,0</b>	<b>50,9%</b>	<b>221,4</b>	<b>319,7</b>	<b>44,4%</b>
<i>Margem de Contribuição (%)</i>	6,9%	7,6%	0,7p.p.	10,7%	11,2%	0,5p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(62,4)	(87,2)	39,7%	(62,4)	(87,2)	39,7%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>80,0</b>	<b>127,8</b>	<b>59,7%</b>	<b>159,0</b>	<b>232,5</b>	<b>46,2%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	3,9%	4,5%	0,6p.p.	7,7%	8,2%	0,5p.p.
Depreciação e Amortização	(24,9)	(45,5)	83,1%	(78,8)	(118,8)	50,7%
Resultado Financeiro	(22,4)	(92,0)	310,5%	(57,4)	(134,4)	134,1%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>32,8</b>	<b>(9,7)</b>	-	<b>22,8</b>	<b>(20,7)</b>	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(0,2)	63,2	-	3,2	66,9	1967,9%
Participação Minoritária	0,0	0,3	-	0,0	0,3	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>32,6</b>	<b>53,8</b>	<b>65,0%</b>	<b>26,0</b>	<b>46,5</b>	<b>78,9%</b>
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	1,6%	1,9%	0,3p.p.	1,3%	1,6%	0,3p.p.

Demonstrativo do Resultado do Exercício (R\$ milhões)	IAS 17			IFRS16		
	2021	2022	Δ	2021	2022	Δ
<b>Receita Bruta</b>	<b>8.062,9</b>	<b>9.818,7</b>	<b>21,8%</b>	<b>8.062,9</b>	<b>9.818,7</b>	<b>21,8%</b>
Deduções	(534,2)	(630,8)	18,1%	(534,2)	(630,8)	18,1%
<b>Receita Líquida</b>	<b>7.528,7</b>	<b>9.187,9</b>	<b>22,0%</b>	<b>7.528,7</b>	<b>9.187,9</b>	<b>22,0%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.108,1)	(6.232,4)	22,0%	(5.108,1)	(6.232,4)	22,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.955,5</b>	<b>22,1%</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.955,5</b>	<b>22,1%</b>
<i>Margem Bruta</i>	30,0%	30,1%	0,1p.p.	30,0%	30,1%	0,1p.p.
Despesas com Vendas	(1.790,6)	(2.205,0)	23,1%	(1.520,2)	(1.845,1)	21,4%
<b>Margem de Contribuição</b>	<b>629,9</b>	<b>750,5</b>	<b>19,1%</b>	<b>900,4</b>	<b>1.110,3</b>	<b>23,3%</b>
<i>Margem de Contribuição (%)</i>	7,8%	7,6%	(0,2p.p.)	11,2%	11,3%	0,1p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(229,3)	(305,5)	33,2%	(229,3)	(305,5)	33,2%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>400,6</b>	<b>444,9</b>	<b>11,1%</b>	<b>671,0</b>	<b>804,8</b>	<b>19,9%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	5,0%	4,5%	(0,5p.p.)	8,3%	8,2%	(0,1p.p.)
Depreciação e Amortização	(92,8)	(139,2)	49,9%	(278,7)	(387,3)	39,0%
Resultado Financeiro	(80,4)	(231,5)	187,9%	(200,7)	(383,4)	91,1%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>227,4</b>	<b>74,2</b>	<b>(67,3%)</b>	<b>191,7</b>	<b>34,0</b>	<b>(82,2%)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(27,2)	86,8	-	(15,1)	100,2	-
Participação Minoritária	0,0	0,6	-	0,0	0,6	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>200,1</b>	<b>161,6</b>	<b>(19,2%)</b>	<b>176,6</b>	<b>134,8</b>	<b>(23,6%)</b>
<i>Margem Líquida Ajustada</i>	2,5%	1,6%	(0,9p.p.)	2,2%	1,4%	(0,8p.p.)

### ANEXO 2: BALANÇO PATRIMONIAL

#### BALANÇO PAGUE MENOS CONSOLIDADO

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)	IFRS16		
	31/12/2021	31/12/2022	Δ
<b>Ativo Total</b>	<b>6.573,3</b>	<b>8.597,4</b>	<b>30,8%</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>3.512,5</b>	<b>4.127,9</b>	<b>17,5%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	654,1	168,1	-74,3%
Contas a Receber de Clientes	530,3	505,5	-4,7%
Estoques	1.957,0	3.029,2	54,8%
Tributos a Recuperar	232,4	244,0	5,0%
Outros Ativos Circulantes	138,7	181,1	30,5%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.060,8</b>	<b>4.469,5</b>	<b>46,0%</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	648,7	1.073,7	65,5%
Investimentos	72,6	76,3	5,1%
Imobilizado	665,6	1.044,8	57,0%
Direito de uso em arrendamento	1.615,6	2.054,5	27,2%
Intangível	58,2	220,2	278,3%
<b>Passivo Total</b>	<b>6.573,3</b>	<b>8.597,4</b>	<b>30,8%</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.191,4</b>	<b>2.997,3</b>	<b>36,8%</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	103,4	158,5	53,2%
Fornecedores	1.202,4	1.590,4	32,3%
Operações de Risco Sacado	104,1	237,9	128,6%
Obrigações Fiscais	94,1	167,2	77,7%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	435,7	234,9	-46,1%
Outras Obrigações	29,6	295,1	898,0%
Arrendamento mercantil	222,1	313,3	41,0%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.291,6</b>	<b>3.318,6</b>	<b>44,8%</b>
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	753,9	1.100,6	46,0%
Tributos Diferidos	0,0	6,0	-
Arrendamento Mercantil	1.508,0	1.926,2	27,7%
Provisões	22,6	90,9	302,9%
Outras Contas a Pagar	7,2	194,9	2616,0%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.090,2</b>	<b>2.281,5</b>	<b>9,2%</b>
Capital Social Realizado	1.199,2	1.199,2	0,0%
Reservas de Capital	369,7	391,9	6,0%
Reservas de Lucros	521,3	439,3	-15,7%
Ações em Tesouraria	0,0	-21,0	-
Lucros/Prejuízos Acumulados	0,0	263,7	-
Participação de não controladores	0,0	8,4	-

### ANEXO 3: CONCILIAÇÃO DO RESULTADO AJUSTADO

Reconciliação DRE Ajustada (R\$ milhões)	STANDALONE			CONSOLIDADO		
	4T22 Contábil	Ajustes Não Recorrentes	4T22 Ajustado	4T22 Contábil	Ajustes Não Recorrentes	4T22 Ajustado
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.350,2</b>	<b>(39,8)</b>	<b>2.310,4</b>	<b>2.843,4</b>	-	<b>2.843,4</b>
Deduções	(154,4)	4,6	(149,9)	(187,8)	4,6	(183,2)
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.195,7</b>	<b>(35,2)</b>	<b>2.160,6</b>	<b>2.655,7</b>	<b>4,6</b>	<b>2.660,3</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.511,8)	39,8	(1.472,1)	(1.805,6)	-	(1.805,6)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>683,9</b>	<b>4,6</b>	<b>688,5</b>	<b>850,0</b>	<b>4,6</b>	<b>854,6</b>
Despesas com Vendas	(307,6)	(115,0)	(422,6)	(420,0)	(115,0)	(535,0)
Despesas Gerais e Administrativas	(91,9)	39,1	(52,8)	(102,2)	15,0	(87,2)
Depreciação e Amortização	(82,5)	-	(82,5)	(118,8)	-	(118,8)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>201,9</b>	<b>(71,3)</b>	<b>130,6</b>	<b>209,0</b>	<b>(95,4)</b>	<b>113,7</b>
Resultado Financeiro	(120,6)	11,4	(109,3)	(145,8)	11,4	(134,4)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda</b>	<b>81,2</b>	<b>(59,9)</b>	<b>21,4</b>	<b>63,3</b>	<b>(84,0)</b>	<b>(20,7)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	20,7	31,6	52,3	38,3	28,6	66,9
Participação Minoritária	-	-	-	0,3	-	0,3
<b>Lucro Líquido</b>	<b>101,9</b>	<b>(28,2)</b>	<b>73,7</b>	<b>101,9</b>	<b>(55,4)</b>	<b>46,5</b>

### ANEXO 4: CONCILIAÇÃO DO EBITDA

Reconciliação DRE Ajustada (R\$ milhões)	STANDALONE			CONSOLIDADO		
	4T22 Contábil	Ajustes Não Recorrentes	4T22 Ajustado	4T22 Contábil	Ajustes Não Recorrentes	4T22 Ajustado
<b>Lucro Líquido</b>	<b>101,9</b>	<b>(28,2)</b>	<b>73,7</b>	<b>101,9</b>	<b>(55,4)</b>	<b>46,5</b>
(+) Resultado Financeiro	120,6	(11,4)	109,3	145,8	(11,4)	134,4
(+) Imposto de Renda e CSLL	(20,7)	(31,6)	(52,3)	(38,3)	(28,6)	(66,9)
(+) Depreciação e Amortização	82,5	0,0	82,5	118,8	0,0	118,8
(+) Participação Minoritária	-	-	-	(0,3)	-	(0,3)
<b>EBITDA</b>	<b>284,4</b>	<b>(71,3)</b>	<b>213,1</b>	<b>327,8</b>	<b>(95,4)</b>	<b>232,5</b>

### ANEXO 5: DISTRIBUIÇÃO DE LOJAS POR UF

UF / Região (# lojas)	4T21	Expansão orgânica	Expansão inorgânica	Encerramentos	4T22
<b>Total</b>	<b>1.165</b>	<b>118</b>	<b>399</b>	<b>36</b>	<b>1.646</b>
<b>Nordeste</b>	<b>720</b>	<b>78</b>	<b>222</b>	<b>19</b>	<b>1.001</b>
Alagoas	31	5	-	-	36
Bahia	130	10	20	2	158
Ceará	184	17	91	10	282
Maranhão	69	10	57	3	133
Paraíba	55	5	4	1	63
Pernambuco	126	17	34	1	176
Piauí	38	5	-	-	43
Rio Grande Do Norte	50	4	16	2	68
Sergipe	37	5	-	-	42
<b>Norte</b>	<b>115</b>	<b>7</b>	<b>135</b>	<b>7</b>	<b>250</b>
Acre	13	2	-	-	15
Amapá	7	-	11	-	18
Amazonas	22	-	-	-	22
Pará	35	2	121	7	151
Rondônia	13	-	-	-	13
Roraima	11	1	-	-	12
Tocantins	14	2	3	-	19
<b>Sudeste</b>	<b>193</b>	<b>17</b>	<b>42</b>	<b>7</b>	<b>245</b>
Espírito Santo	25	-	-	-	25
Minas Gerais	59	10	-	1	68
Rio De Janeiro	20	-	-	1	19
São Paulo	89	7	42	5	133
<b>Centro-Oeste</b>	<b>96</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>109</b>
Distrito Federal	16	-	-	1	15
Goiás	28	2	-	1	29
Mato Grosso	28	11	-	-	39
Mato Grosso Do Sul	24	3	-	1	26
<b>Sul</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41</b>
Paraná	15	-	-	-	15
Rio Grande Do Sul	7	-	-	-	7
Santa Catarina	19	-	-	-	19



 **PagueMenos**

 **extrafarma**



**VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS**

07 de março de 2023

10:00 (BRT) | 08:00 (US-EST)

Em português, com tradução simultânea para o inglês

Para acessar, [clique aqui](#)

**Empreendimentos Pague Menos S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022		2021
		Controladora	Consolidado	(Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	153.139	163.742	654.121
Aplicações financeiras		4.362	4.362	-
Contas a receber de clientes	6	508.358	505.518	530.268
Estoques	7	2.348.130	3.029.159	1.956.957
Acordos comerciais		110.018	144.953	100.970
Tributos a recuperar	8	225.820	244.028	232.407
Operações com derivativos		-	-	-
Partes relacionadas		-	-	-
Despesas antecipadas		11.296	15.253	5.965
Outras contas a receber		46.584	20.895	31.812
Total do ativo circulante		<b>3.407.707</b>	<b>4.127.910</b>	<b>3.512.500</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações financeiras		5.147	5.147	8.639
Tributos a recuperar	8	478.910	741.001	414.418
Tributos diferidos	9	220.182	237.845	204.018
Operações com derivativos		-	-	-
Ativos de indenização		63.706	63.706	-
Depósitos judiciais		22.336	26.035	21.617
		<b>790.281</b>	<b>1.073.734</b>	<b>648.692</b>
Investimentos	11	975.507	76.284	72.596
Imobilizado	12	829.371	1.044.838	665.611
Intangível	13	101.580	220.204	58.210
Direito de uso	16	1.737.999	2.054.454	1.615.645
Total do ativo não circulante		<b>3.644.457</b>	<b>3.395.780</b>	<b>2.412.062</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.842.445</b>	<b>8.597.424</b>	<b>6.573.254</b>

**Empreendimentos Pague Menos S.A.**

Balanças patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

Passivo	Nota	2022		2021
		Controladora	Consolidado	(Reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	14	1.320.086	1.590.364	1.204.104
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	472.810	472.810	538.090
Risco Sacado		237.929	237.929	102.388
Empréstimos e financiamentos		174.282	174.282	435.702
Debêntures		60.599	60.599	-
Operações com derivativos		863	863	-
Arrendamentos	16	259.326	313.299	222.147
Tributos a recolher	17	110.215	167.248	94.095
Obrigações sociais e trabalhistas		111.065	158.468	103.425
Outras contas a pagar		221.753	232.767	29.571
Total do passivo circulante		<b>2.496.118</b>	<b>2.935.819</b>	<b>2.191.432</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.100.597	1.100.597	753.909
Empréstimos e financiamentos		156.056	156.056	-
Debêntures		944.541	944.541	-
Arrendamentos	16	1.630.471	1.926.193	1.507.974
Tributos a recolher	17	5.986	5.986	7.177
Provisão para contingências	18	16.092	27.207	22.565
Passivo de Indenização		63.706	63.706	-
Outras contas a pagar		194.924	194.924	-
Total do passivo não circulante		<b>3.011.776</b>	<b>3.318.613</b>	<b>2.291.625</b>
Total do passivo		<b>5.507.894</b>	<b>6.254.432</b>	<b>4.483.057</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19</b>			
Capital social		1.199.219	1.199.219	1.199.219
Reserva de capital		391.878	391.878	369.696
Reservas de lucros		500.782	500.782	356.824
Ações em tesouraria		(20.993)	(20.993)	-
Lucros acumulados		263.665	263.665	164.458
Participação de não controladores		-	8.441	-
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		<b>2.334.551</b>	<b>2.342.992</b>	<b>2.090.197</b>
Participação de não controladores			8.442	
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>7.842.445</b>	<b>8.597.424</b>	<b>6.573.254</b>

Demonstrações dos resultados  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

Demonstrações dos resultados	Nota	2022		2021
		Controladora	Consolidado	
Receita bruta		8.951.497	9.824.617	8.062.873
Deduções		581.981	635.542	534.163
<b>Receita operacional líquida</b>	22	<b>8.369.516</b>	<b>9.189.075</b>	<b>7.528.710</b>
Custos das mercadorias vendidas	23	(5.686.664)	(6.238.300)	(5.108.147)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.682.852</b>	<b>2.950.775</b>	<b>2.420.563</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>		<b>(2.060.754)</b>	<b>(2.313.940)</b>	<b>(2.046.573)</b>
Outras receitas operacionais		256.934	260.979	1.367
Despesas com vendas	23	(1.997.410)	(2.257.816)	(1.777.245)
Despesas gerais e administrativas	23	(259.257)	(321.420)	(271.820)
Depreciação e Amortização		-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial		(60.473)	5.144	2.231
Outras despesas operacionais		(548)	(827)	(1.106)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>622.098</b>	<b>636.835</b>	<b>373.990</b>
Receitas financeiras	24	80.935	83.407	79.561
Despesas financeiras	24	(455.532)	(491.020)	(280.221)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(374.597)</b>	<b>(407.613)</b>	<b>(200.660)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>247.501</b>	<b>229.222</b>	<b>173.330</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	-	-	(20.335)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	16.164	33.827	11.463
<b>Lucro do período</b>		<b>263.665</b>	<b>263.049</b>	<b>164.458</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido atribuível a não controladores</b>		<b>-</b>	<b>(615)</b>	<b>-</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido atribuível controladores</b>		<b>263.665</b>	<b>263.664</b>	<b>164.458</b>
<b>Resultado por ação</b>				
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)		0,59	0,59	0,37

**Empreendimentos Pague Menos S.A.**  
 Demonstrações dos resultados abrangentes  
 31 de dezembro de 2022  
*(Em milhares de Reais)*

	2022		2021
	Controladora	Consolidado	
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>			
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>263.665</b>	<b>263.049</b>	<b>164.458</b>
<b>Resultado abrangente total do período</b>	<b>263.665</b>	<b>263.049</b>	<b>164.458</b>
Atribuído a Sócios da Não Controladora	-	(615)	-
<b>Atribuído a Sócios da Empresa Controladora</b>	<b>263.665</b>	<b>263.664</b>	-

**Empreendimentos Pague Menos S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de Reais)

<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>Capital social integralizado</b>	<b>Reserva de capital Opções outorgadas e ações em tesouraria</b>	<b>Reservas de lucro</b>	<b>Lucros ou prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros resultados Abrangentes</b>	<b>Total</b>	<b>Participação de Minoritários</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021 - PGMN</b>	1.200.666	383.432	356.825	-	-	<b>1.940.923</b>	-	<b>1.940.923</b>
Transações de Capital com os Sócios	-	(20.040)	-	-	-	<b>(20.040)</b>	-	<b>(20.040)</b>
Aumento de capital	-	(20.040)	-	-	-	<b>(20.040)</b>	-	<b>(20.040)</b>
Resultado Abrangente Total	-	-	-	164.457	-	<b>164.457</b>	-	<b>164.457</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	164.457	-	<b>164.457</b>	-	<b>164.457</b>
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	(1.447)	6.304	164.457	(164.457)	-	4.857	-	4.857
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	164.457	(164.457)	-	-	-	-
Custo com emissão de ações	(1.447)	-	-	-	-	<b>(1.447)</b>	-	<b>(1.447)</b>
Plano de ações restritas	-	6.304	-	-	-	<b>6.304</b>	-	<b>6.304</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.199.219</b>	<b>369.696</b>	<b>521.282</b>	-	-	<b>2.090.197</b>	-	<b>2.090.197</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022 - PGMN</b>	1.199.219	369.696	521.282	-	-	<b>2.090.197</b>	-	<b>2.090.197</b>
Transações de Capital com os Sócios	-	(953)	-	-	-	<b>(953)</b>	-	<b>(953)</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	(953)	-	-	-	<b>(953)</b>	-	<b>(953)</b>
Adição de participação não controladores por combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	<b>9.057</b>	<b>9.057</b>
Resultado Abrangente Total	-	-	-	263.665	-	<b>263.665</b>	(615)	<b>263.050</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	263.665	-	<b>263.665</b>	<b>(615)</b>	<b>263.050</b>
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	(0)	2.142	243.165	(263.665)	-	(18.358)	-	(18.358)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	177.349	(177.349)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	4.316	(4.316)	-	-	-	-
Ações outorgadas	(0)	(20.797)	-	-	-	<b>(20.797)</b>	-	<b>(20.797)</b>
Plano de ações restritas	-	22.939	-	-	-	<b>22.939</b>	-	<b>22.939</b>
Juros sobre o capital próprio – Dividendos mínimos	-	-	-	(20.500)	-	<b>(20.500)</b>	-	<b>(20.500)</b>
Juros sobre o capital próprio – Adicionais	-	-	61.500	(61.500)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.199.219</b>	<b>370.885</b>	<b>764.447</b>	-	-	<b>2.334.551</b>	<b>8.442</b>	<b>2.342.993</b>

**Empreendimentos Pague Menos S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de Reais)*

Demonstrações dos fluxos de caixa	2022		2021
	Controladora	Consolidado	(Reapresentado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>263.665</b>	<b>263.049</b>	<b>164.457</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>			
Depreciação e Amortização	325.429	387.328	278.654
Ajuste a valor presente nos ativos e passivos	1.196	5.423	(3.934)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	157.700	157.700	56.373
Valor justo de instrumentos financeiros	863	863	5.737
Variação Cambial	(1.090)	(1.090)	908
Juros sobre Arrendamento Mercantil	138.858	146.518	120.238
Constituição (reversão) da Provisão para Contingências	4.760	5.132	2.212
Resultado de equivalência patrimonial	60.473	(5.143)	(2.231)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	20.335
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.164)	(33.827)	(11.463)
Constituição (realização) das tarifas antecipadas - empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.663)	(5.663)	(4.531)
Outros ajustes ao lucro	(4.241)	(4.693)	(3.509)
Ganho por compra vantajosa	(252.806)	(252.806)	-
Provisão para encerramento de lojas	(1.249)	(1.594)	(1.107)
Baixa líquida dos bens do ativo imobilizado e intangível	2.876	8.371	5.104
Provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa	2.415	2.559	5.745
Provisão para perdas nos estoques	4.720	5.188	(5.184)
	<b>681.742</b>	<b>677.315</b>	<b>627.804</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>			
Arrecadação de recursos de terceiros	-	-	(3.974)
Contas a Receber de Clientes	21.805	149.038	(7.337)
Estoques	(408.547)	(585.152)	(250.754)
Impostos a Recuperar	(62.022)	(49.479)	(83.225)
Outros Créditos	(23.351)	15.086	(25.688)
Despesas antecipadas	(5.331)	(9.288)	2.237
Fornecedores	124.657	168.118	39.483
Impostos e contribuições a recolher	2.629	20.470	(33.676)
Salários e férias a pagar	28.815	8.595	23.175
Outras contas a pagar	21.070	21.661	(8.410)
	<b>(300.275)</b>	<b>(260.951)</b>	<b>(348.169)</b>
<b>Outros</b>			
Pagamento de empréstimos tomados - juros	(44.157)	(44.157)	(36.085)
Pagamento de debêntures tomada - juros	(79.225)	(79.225)	(14.678)
Pagamento de arrendamentos - juros	(138.858)	(146.518)	(120.238)
	<b>(262.240)</b>	<b>(269.900)</b>	<b>(171.001)</b>
<b>Caixa Líquido Atividades Operacionais</b>	<b>119.227</b>	<b>146.464</b>	<b>108.634</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Caixa advindo de aquisição de controlada	-	20.125	-
Aplicações financeiras	(870)	(870)	31.758
Aquisição de investimento	(365.428)	(365.428)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(268.093)	(273.970)	(211.874)
Aquisição de intangível	(51.629)	(51.629)	(29.615)
Aquisição de arrendamentos	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>(686.020)</b>	<b>671.772</b>	<b>(209.731)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Empréstimos tomados - Principal	149.750	149.750	160.000
Pagamento de empréstimos tomados - Principal	(299.511)	(299.510)	(267.603)
Pagamento de Arrendamento Mercantil	(172.901)	(203.786)	(146.668)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-
Emissão de debêntures	500.000	500.000	450.000
Pagamento de debêntures tomada - Principal	(231.938)	(231.937)	(33.198)
Operações de risco sacado	-	-	27.768
Recursos provenientes das opções de ações outorgadas	138.943	138.943	-
Dividendos e JSCP recebidos	1.455	1.455	-
Custos com Emissão de Ações	-	-	(1.447)
Recuperação de Ações	(19.987)	(19.988)	(22.720)
Operações com derivativos	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-
<b>Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>65.811</b>	<b>34.927</b>	<b>166.132</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(500.982)</b>	<b>(490.379)</b>	<b>65.035</b>
<b>Operações sem efeito caixa</b>			
Transferência entre ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	-
Aquisição de direito de uso e arrendamento mercantil	-	-	-
<b>Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do período	654.121	654.121	589.086
No fim do período	153.139	163.742	654.121
<b>Redução de Caixa e Equivalentes</b>	<b>(500.982)</b>	<b>(490.379)</b>	<b>65.035</b>

**Empreendimentos Pague Menos S.A.**  
 Demonstrações dos valores adicionados  
 31 de dezembro de 2022  
 (Em milhares de Reais)

Demonstrações dos valores adicionados	2022		2021
	Controladora	Consolidado	
<b>Receitas</b>			
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	8.851.768	9.719.221	7.968.063
Outras receitas	256.934	259.785	13.736
	<b>9.108.702</b>	<b>9.979.006</b>	<b>7.981.799</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(5.238.138)	(5.788.596)	(4.734.672)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(871.688)	(988.112)	(815.046)
	<b>(6.109.826)</b>	<b>(6.776.708)</b>	<b>(5.549.718)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.998.876</b>	<b>3.202.298</b>	<b>2.432.081</b>
Depreciação e amortização	(325.416)	(387.328)	(278.657)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	<b>2.673.460</b>	<b>2.814.970</b>	<b>2.153.424</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de Equivalência Patrimonial	(60.473)	5.144	2.231
Receitas financeiras	98.431	100.903	68.522
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.711.418</b>	<b>2.921.017</b>	<b>2.224.177</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>	<b>1.045.055</b>	<b>1.179.241</b>	<b>917.165</b>
Remuneração direta	896.488	1.006.691	778.116
Benefícios	84.069	96.704	82.944
FGTS	64.498	75.846	56.105
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.017.297</b>	<b>1.071.351</b>	<b>924.989</b>
Federais	229.058	254.985	139.313
Estaduais	774.309	800.554	770.267
Municipais	13.930	15.812	15.409
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>385.401</b>	<b>407.376</b>	<b>217.566</b>
Juros	344.723	360.019	180.170
Aluguéis	40.678	47.357	37.396
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>263.665</b>	<b>263.049</b>	<b>164.457</b>
Lucro do período	263.665	263.049	164.457
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>2.711.418</b>	<b>2.921.017</b>	<b>2.224.177</b>

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - no segmento do Novo Mercado, sediada na capital do Ceará, sob código de negociação PGMN3.

A Companhia e sua controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., detentora da marca “Extrafarma”, (em conjunto “Consolidado” ou “Grupo”) têm como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, realizando suas vendas por meio de 1.270 lojas Pague Menos (1.165 em 31 de dezembro de 2021) e 376 lojas Extrafarma, distribuídas em todos os Estados da Federação. As lojas são abastecidas por 9 centros de distribuição localizados no Ceará, Pernambuco, Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Pará e Maranhão.

### Transação com a Extrafarma

Em 18 de maio de 2021, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações com a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., sociedade controlada pela Ultrapar Participações S.A., para a aquisição de 100% do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”).

Em 22 de junho de 2022, a Superintendência-Geral do CADE aprovou a aquisição da Extrafarma de forma condicionada à celebração de Acordo em Controle de Concentrações (ACC), o qual determinou o desinvestimento de oito lojas da Extrafarma. Com a aprovação, as partes seguiram com o fechamento da transação, nos termos do ACC, tendo ocorrido, em 1º de agosto de 2022, a aquisição, pela Companhia, de 99,07% das ações da Extrafarma. As demais ações ainda estão sujeitas ao exercício direito de preferência pelos acionistas minoritários da Ultrapar Participações S.A. (antigos controladores indiretos da Extrafarma), conforme previsto nos termos do artigo 253, inciso I, da Lei nº 6.404/76.

Conforme acordado no contrato de compra e venda, o valor total de R\$ 700.000, referente ao *enterprise value*, foi ajustado pelo endividamento líquido de 31 de dezembro de 2020, data de referência da transação, resultando em um *equity value* no valor de R\$ 600.001. Em 1º de agosto de 2022, data de fechamento da transação, o *equity value* preliminar foi ajustado pela variação entre (i) o endividamento líquido e capital de giro apurados em 31 de dezembro de 2020 e o endividamento líquido e capital de giro estimados para 31 de julho de 2022, data de referência para o fechamento da transação, resultando em um *equity value* ajustado no valor de R\$ 737.752, dos quais R\$ 730.856 referem-se às 99,07% das ações da Extrafarma adquiridas pela Pague Menos. Do *equity value* ajustado, uma parcela de 50%, equivalente a R\$ 365.428, foi paga na data de fechamento.

Ainda de acordo com o contrato, o valor do *equity value* final a ser pago para a vendedora estava sujeito a um ajuste final de preço em função da apuração final das variações no capital de giro e endividamento da Extrafarma em 31 de julho de 2022. Em 13 de janeiro de 2023, foi firmado termo de ajuste final de preço de aquisição em R\$ 19.000, resultando em um valor de aquisição R\$ 718.752, dos quais R\$ 712.033 se referem às 99,07% das ações da Extrafarma adquiridas pela Pague Menos. A contraprestação remanescente, 50%, será paga em duas parcelas iguais com vencimentos em agosto de 2023 e agosto de 2024. Essas parcelas serão corrigidas pela variação positiva do CDI mais 0,5% a.a., calculada entre a data de fechamento e as datas dos respectivos pagamentos.

Informações detalhadas sobre a combinação de negócios estão divulgadas na Nota 4. Os impactos contábeis da transação estão refletidos nestas demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis ao tema.

## 2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE ELABORAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC's do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 2 de março de 2023.

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelo plano de remuneração baseado em ações e pelos instrumentos financeiros derivativos e efeitos da combinação de negócios, os quais foram mensurados a valor justo por meio do resultado. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e da sua controlada.

Adicionalmente, a Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as companhias abertas no Brasil. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 2.3 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Companhia e de sua controlada em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. A Companhia possui 99,07% das ações de sua controlada.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. No caso específico da Extrafarma, a Companhia passou a consolidar seus resultados a partir de 1º de agosto de 2022.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo relacionados com transações entre membros do Grupo são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

#### Base de consolidação a partir de 1º de agosto de 2022

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	País	Participação acionária %	
		2022	2021
<b>Controlada direta:</b>			
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma")	Brasil	99,07%	-

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A controladora do Grupo é a própria Pague Menos, sediada no Brasil, onde negocia suas ações.

## 2.4 Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está reapresentando os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data em função da reclassificação dos saldos e transações de operações de risco sacado. A reclassificação tem como objetivo refletir de forma ainda mais transparente a natureza das operações de cessão de créditos da Companhia e trazer maior clareza aos usuários das demonstrações financeiras acerca dos efeitos de tais operações no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R3) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro / IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e produziram os seguintes impactos no balanço patrimonial e demonstração dos fluxos de caixa em relação aos valores anteriormente apresentados:

	31/12/2021		
	Como originalmente apresentados	Ajustes	Reapresentados
<u>Balanço patrimonial</u>			
Fornecedores			
Fornecedores	1.330.499	(104.064)	1.226.435
AVP – Fornecedores	(24.007)	1.676	(22.331)
	1.306.492	(102.388)	1.204.104
Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Operações de Risco sacado	-	102.388	102.388
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Variação nos ativos e passivos operacionais			
<i>Fornecedores</i>	67.251	(27.768)	39.483
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<i>Operações de risco sacado</i>	-	27.768	27.768

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser convertida imediatamente em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

## *Ativos financeiros*

### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria “ativos financeiros ao custo amortizado” (instrumentos de dívida) é a mais relevante para o Grupo. O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras.

#### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii) O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

#### Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado.

#### *Passivos financeiros*

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e passivos de arrendamento e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado, além de instrumentos financeiros derivativos ao valor justo pelo resultado.

### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios da NBC TG 48 / IFRS 9 forem atendidos.

### Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros do Grupo são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem os empréstimos e financiamentos (incluindo as operações de risco sacado), contas a pagar a fornecedores, passivos de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas.

### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para perdas de crédito esperadas. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base na taxa do custo médio ponderado de capital a 10,18% a.a..

#### Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo dos estoques inclui todos os gastos para aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos custos estimados necessários para a realização da venda. Os estoques são valorizados mensalmente pelo critério do custo médio ponderado. Os saldos dos estoques são apresentados deduzidos das perdas estimadas e do ajuste a valor presente na data das transações quando aplicável. A taxa de desconto utilizada para ajustar os saldos dos estoques ao seu valor presente é a taxa do custo médio ponderado de capital (10,18% a.a).

A Administração espera que seus estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

#### Provisão para perdas de estoques

O Grupo reconhece uma provisão para perdas dos estoques sempre que o valor realizável líquido for inferior ao valor contábil. Essa avaliação leva em consideração produtos com baixo giro, avariados e vencidos.

Adicionalmente, uma provisão para perdas com ajustes de inventário é reconhecida em função da programação de inventários em cada loja e centro de distribuição. Essa estimativa é calculada com base no percentual histórico de diferenças identificadas nos inventários físicos anteriores.

#### Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais em que determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar característica e natureza complexas. As principais categorias de acordos comerciais são:

- i. Descontos financeiros concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios: Trata-se de benefícios concedidos pelos fornecedores do Grupo ao consumidor final que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço desta mesma mercadoria caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo é apurado em tempo real e reconhece, no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor, um valor a receber do fornecedor, equivalente ao montante do desconto concedido. Para transações dessa natureza, o Grupo reconhece o desconto como redução do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida, um valor a receber ou redução de um passivo.

- ii. Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio: Trata-se de programas de vendas do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de vendas do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda. A partir do momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas tendo como contrapartida um valor a receber ou redução de um passivo.

Nos casos acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias ao menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

#### Investimentos em coligadas

Os investimentos do Grupo em coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. O Grupo detém 26,18% de participação na e-Pharma PBM do Brasil S.A. (26,18% em 2021). Para maiores detalhes, vide Nota 11.

#### Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (impairment), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme visões de análises usadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sido ajustados por impairment são revisados subsequentemente para avaliar possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período em troca de contraprestação.

#### *Companhia como arrendatária*

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### *Grupo como arrendadora*

O Grupo não atua em contratos de arrendamento na condição de arrendadora.

### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Benefícios a empregados

#### *Programa de participação nos resultados*

O Grupo possui o programa de participação nos resultados que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Mensalmente são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado ocorre nas rubricas das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas.

#### *Acordos de pagamento baseado em ações (Restricted Share Units)*

Parte dos benefícios voltados aos executivos do Grupo inclui o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão em contrapartida do patrimônio, uma vez que o programa foi desenhado e prevê os pagamentos em ações restritas da Companhia.

O valor justo recebido na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados foi reconhecido com um correspondente aumento no patrimônio líquido, no período em que os empregados adquiriram incondicionalmente o direito aos prêmios.

O valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

### Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado, em valores iguais, ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. A Companhia detém o benefício fiscal detalhado na Nota Explicativa 22.

### Reconhecimento de receita

A NBC TG 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

Esta norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos: (i) Identificação de um contrato com o cliente; (ii) Determinação das obrigações de desempenho; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação; e (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em ao longo do tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

### Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de autoatendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de autoatendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios, cosméticos etc.) para o consumidor final. Tratando-se de uma rede varejista de medicamentos em que o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas lojas onde preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários do Grupo ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas após o pagamento do valor da venda, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações do Grupo sujeitas a avaliação segundo a NBC TG 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais nos quais determinadas mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda da Companhia. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

Assim como nas operações de varejo físico, as operações realizadas via comércio eletrônico só são reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas (transferência de controle). Como atuamos no modelo *ship from store*, em nosso comércio eletrônico, o tempo de entrega nos pedidos é bastante reduzido.

### Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

### Componente significativo de financiamento

De acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, ao determinar o preço da transação, o Grupo deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou ao Grupo um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato.

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

### Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

## Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis na data do balanço. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os créditos e as perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### Custo de transação na emissão de títulos

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados como redutores do patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

### Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de mercadorias é registrado na rubrica “Fornecedores” com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste aos estoques é registrada no custo das mercadorias revendidas de acordo com a venda desses estoques e o incremento do passivo com fornecedores derivado da fruição dos prazos de pagamentos tem como contrapartida despesas financeiras.

O ajuste a valor presente das operações de venda de mercadorias tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber”. Sua realização é registrada na rubrica de receitas financeiras pela fruição de prazo dos recebíveis.

### Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

### Alterações no IFRS 3/CPC 15 (R1) Referências à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 (CPC 15 (R1)) de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Também incluem na IFRS 3, a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, o comprador adote a IAS 37 (CPC 25) para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador adota a IFRIC 21 (ICPC 21) para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

### Emenda ao IAS 16 /CPC 27 – Imobilizado: Recursos antes do uso pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.

A Companhia mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 – Estoques (CPC 16). As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 (CPC 27) determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Emenda ao IAS 37/ NBC TG 25 – Contratos Onerosos: Custo de cumprir um contrato

Esta emenda do IAS 37 / NBC TG 25 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais alterações visam especificar que o ‘custo de cumprimento’ de um contrato compreende os ‘custos que se relacionam diretamente com o contrato’. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato ou uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos. A Administração já avalia periodicamente seus contratos e já reconhece possíveis provisões quando identificadas, assim essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Alterações no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Alterações no IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

#### Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### IFRS 17 – Contratos de seguro

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

#### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O IASB está atualmente considerando novas alterações nos requisitos da IAS 1 sobre classificação de passivos como circulante ou não circulante, incluindo o adiamento da aplicação das alterações de janeiro de 2020. O Grupo avaliou os efeitos das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata à NBC TG 23), no qual introduz a definição de ‘estimativa contábeis’. A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

O Grupo avaliou o impacto das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição. O Grupo avaliou o impacto das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
  - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
  - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo avaliou o impacto das alterações nas suas demonstrações financeiras e nenhum efeito seria esperado caso a norma estivesse em vigor.

#### 4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - (entrada de recursos) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - (saída de recursos). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - (entrada de recursos) adquirido em outputs - (saídas de recursos), e os inputs - (entradas de recursos) adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - (saída de recursos).

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a NBC TG 48 (CPC 48) na demonstração do resultado. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

##### Aquisição do controle da Extrafarma

Em 1º de agosto de 2022, após atendidas todas as condições precedentes, foi concluída a aquisição de 99,07% de participação acionária da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma").

A Extrafarma atua como uma rede de varejo farmacêutico, com 376 lojas e 4 centros de distribuição, tendo como público-alvo a classe média expandida, com sinergias relevantes com a operação da Pague Menos. Além das operações de varejo farmacêutico, a Extrafarma também realiza venda de produtos para pequenas redes de varejo farmacêutico.

A primeira parcela da contraprestação transferida foi efetivada pela Companhia em 01 de agosto de 2022 no montante de R\$ 365.428. As duas parcelas iguais remanescentes no valor de R\$173.303 serão desembolsadas pela Companhia em agosto de 2023 e agosto de 2024. Essas parcelas são corrigidas pela variação positiva do CDI mais 0,5% a.a., calculada entre a data de fechamento e as datas dos respectivos pagamentos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da contraprestação a pagar, no montante de R\$ 183.699 e R\$ 183.699 está classificado no balanço patrimonial no grupo de contas de "Outras obrigações" nos passivos circulantes e não circulantes, respectivamente.

A aquisição da Extrafarma possui como principais motivadores econômicos e estratégicos o potencial de captura de sinergias por meio da combinação de ativos complementares, além de acelerar o plano de expansão da Companhia, reforçando sua posição de liderança nas regiões Norte e Nordeste e ampliando o alcance e escala de sua plataforma de saúde. Com a Extrafarma, a Companhia se tornará a segunda maior rede de farmácias do país e avançará na sua proposta de apoiar a população da classe média expandida com uma solução abrangente de saúde.

Apuração do Valor Justo da Combinação de Negócios:

A aquisição dos ativos e passivos da Extrafarma foi registrada utilizando o método de aquisição, considerando o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição. A Companhia contratou consultoria especializada para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, com o objetivo de alocar o preço de compra (PPA - *Purchase Price Allocation*). Em função da dispersão geográfica e quantidade de lojas, em 31 de dezembro de 2022, o trabalho de avaliação do valor justo das benfeitorias em propriedades de terceiros encontra-se em andamento e é esperado que seus efeitos sejam reconhecidos em definitivo nas informações contábeis intermediárias do trimestre a findar-se em 31 de março de 2023. A Companhia, suportada pelos seus consultores, já concluiu a avaliação de marcas, carteira de clientes, imobilizado – máquinas e equipamentos, os quais estão registrados pelos seus valores justos definitivos, e está concluindo a avaliação do valor justo das benfeitorias em propriedades de terceiros, o qual está registrado pelo seu valor preliminar que representa a melhor estimativa da Administração dados os fatos e circunstâncias em 31 de dezembro de 2022.

Apuração do ganho por compra vantajosa	01/08/2022
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	20.125
Contas a receber de clientes	124.630
Estoques	514.313
Tributos a recuperar	269.725
Acordos comerciais	23.707
Outras contas a receber	27.676
Imobilizado	188.210
Intangível	49.447
Direito de uso	350.261
Fornecedores	(232.104)
Arrendamentos	(380.580)
Tributos a recolher	(16.075)
Obrigações sociais e trabalhistas	(67.623)
Outras contas a pagar	(9.880)
Provisão para contingências	(11.284)
<b>Ativos líquidos adquiridos [A]</b>	<b>850.548</b>
<b>Mais valia de ativos fixos e marca</b>	
Ativo indenizável	63.706
Intangível – Marca	80.594
Imobilizado – benfeitorias em imóveis de terceiros	8.343
Imobilizado – máquinas e equipamentos	4.311
Imobilizado – veículos	9.133
Imobilizado – móveis e utensílios	20.268
Imobilizado – Equipamentos de informática	699
Passivo contingente de combinação de negócios	(63.706)
<b>Mais valia de ativos fixos e marca [B]</b>	<b>123.348</b>
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo [C] = [A] + [B]</b>	<b>973.896</b>
Participação de não controladores mensurada ao valor justo (0,93%) [D]	(9.057)
Ganho por compra vantajosa [E]	(252.806)
<b>Total da contraprestação [F] = [C] – [D] – [E]</b>	<b>712.033</b>

Antes de reconhecer o ganho por compra vantajosa, a Companhia procedeu a uma revisão para se certificar de que todos os ativos adquiridos e passivos assumidos foram corretamente identificados. Após essa revisão, a Administração concluiu que as mensurações refletem adequadamente a consideração de todas as informações disponíveis na data da aquisição e que os procedimentos e mensurações estão adequados. A apuração do ganho por compra vantajosa está relacionada à necessidade do vendedor de racionalizar seu portfólio e de concentrar seus esforços em negócios mais complementares e sinérgicos. O registro do ganho por compra vantajosa foi realizado na demonstração dos resultados na linha de “Outras receitas (despesas) operacionais”. Os efeitos fiscais no montante de R\$ 85.954 foram registrados na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos. De 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a Extrafarma contribuiu com uma receita líquida de R\$ 860.464 e gerou um prejuízo de R\$ 66.233 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º janeiro de 2022, a Administração estima que a receita da controlada seria de R\$ 2.193.188 e o respectivo prejuízo seria de R\$ 181.789.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Caixa e bancos	51.215	54.436	61.818
Equivalentes de Caixa	101.924	599.685	101.924
Operações compromissadas	41.578	70.514	41.578
Certificados de depósitos bancários – CDB	5.071	487.488	5.071
Letras financeiras – LF	34.490	30.798	34.490
Aplicações automáticas	20.785	10.885	20.785
Total	153.139	654.121	163.742

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 99,0% (104,6% em 2021), operações compromissadas, com rentabilidade média 94,6% (97,2% em 2021) e letras financeiras, com rentabilidade média 114,0% (114,0% em 2021). Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos do NBC TG 03 (R3) / IAS 7, foram classificadas como equivalentes de caixa.

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Administradoras de cartões	450.337	508.492	472.344
Convênios e parcerias (a)	20.358	26.476	26.780
Contas a receber – Atacado	-	-	6.565
Contas a receber intercompany (Nota 10)	41.176	-	-
Outros	1.378	86	4.957
Subtotal	513.249	535.054	510.646
(-) Ajuste a valor presente	(4.641)	(4.022)	(4.734)
(-) Perdas de créditos esperadas	(249)	(764)	(393)
	508.359	530.268	505.519

- a) Referem-se aos valores a receber do Governo Federal pelas vendas realizadas no Programa Farmácia Popular e saldos com empresas conveniadas. Tais convênios possuem como objetivo principal a concessão de descontos, bem como possibilitar que os clientes efetuem o pagamento das compras mediante desconto em folha de pagamento. Além disso, há valores referentes a parcerias com aplicativos de delivery.

Os saldos foram ajustados a valor presente considerando um prazo médio de recebimento entre 37 e 49 dias (45 e 58 dias em 2021) e descontados pelo custo médio ponderado de capital equivalente a 10,18% a.a.

A seguir estão demonstrados os saldos de recebíveis por idade de vencimento, antes da provisão para perdas esperadas com créditos e do ajuste a valor presente:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
A vencer entre 1 e 30 dias	217.105	273.115	197.028
A vencer entre 31 e 60 dias	124.329	121.388	132.201
A vencer entre 61 e 90 dias	88.193	76.693	90.206
A vencer acima de 90 dias	83.028	63.033	84.211
	<u>512.655</u>	<u>534.229</u>	<u>503.646</u>
Vencidos entre 1 e 30 dias	436	628	2.445
Vencidos entre 31 e 90 dias	13	53	3.099
Vencidos acima de 90 dias	144	144	1.456
	<u>593</u>	<u>825</u>	<u>7.000</u>
	<u>513.248</u>	<u>535.054</u>	<u>510.646</u>

a) *Movimentação das perdas esperadas com créditos:*

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	(764)	(994)	(764)
Adições	(396)	(1.064)	(543)
Reversões	911	1.294	914
Saldo final	<u>(249)</u>	<u>(764)</u>	<u>(393)</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Mercadorias para revenda	2.364.427	1.974.467	3.052.264
Materiais para uso e consumo	12.131	6.198	15.260
(-) Perdas esperadas nos estoques	(28.428)	(23.708)	(38.365)
	<u>2.348.130</u>	<u>1.956.957</u>	<u>3.029.159</u>

a) *Movimentação das perdas esperadas nos estoques:*

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	(23.708)	(28.892)	(23.708)
Aquisições (a)	-	-	(57.024)
Perdas (b)	-	-	47.555
Adições	(15.295)	(10.843)	(17.280)
Reversões	10.575	16.027	12.092
Saldo final	(28.428)	(23.708)	(38.365)

(a) Refere-se a valores advindos da combinação de negócios conforme divulgado na Nota 4.

(b) Refere-se a produtos que já haviam sido provisionados na Extrafarma em períodos anteriores à data da combinação de negócios e que foram incinerados no período.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
ICMS (a)	480.076	424.743	711.000
IRPJ/CSLL (b)	5.628	2.927	5.628
PIS e COFINS (c)	210.980	207.262	259.103
IRRF	7.154	1.279	7.330
Outros	892	10.614	1.968
	704.730	646.825	985.029
Circulante	225.820	232.407	244.028
Não circulante	478.910	414.418	741.001

(a) Saldo resultante do regime normal de apuração de ICMS e saldos referente aos créditos de ICMS ST não definitivo, onde as bases fiscais presumidas foram superiores as margens efetivas. A partir de setembro de 2018, os créditos são reconhecidos em função da decisão do STF, que em sede de repercussão geral garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS ST em bases de cálculo superiores aquelas efetivamente realizadas. Não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF. Os valores são compensados administrativamente após cumprimento dos requisitos definidos por cada Estado.

(b) Pagamento a maior de IRPJ e saldo negativo de CSLL na apuração do lucro real de exercício anterior.

(c) Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante total de R\$ 214.096 dos quais R\$ 54.378, referem-se à atualização monetária. Em março de 2022, os créditos foram habilitados pela Receita Federal e estão em processo de compensação administrativa. Adicionalmente, a Companhia reconhece os créditos decorrentes do regime de não cumulatividade, oriundos principalmente da aquisição de mercadorias, aquisição de serviços e insumos considerados relevantes e essenciais a comercialização dos produtos e prestação de serviços.

## 9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo fiscal	207.824	113.789	220.526
Arrendamento mercantil	51.611	38.922	51.819
Provisão para realização dos estoques	9.665	8.061	9.665
Perdas de créditos esperadas	5.597	6.001	5.597
Provisão para redução ao valor recuperável do ágio	6.543	6.543	6.543
Provisões para riscos judiciais	5.471	7.672	5.471
Ajuste a valor presente	4.052	3.075	8.805
Participação nos lucros	3.507	3.508	3.507
Provisão para encerramento de lojas	1.662	2.204	1.662
Capitalização de juros	(12.145)	(5.909)	(12.145)
Ganho por compra vantajosa (Nota 4)	(85.954)	-	(85.954)
Outras provisões	22.349	20.152	22.349
<b>Total</b>	<b>220.182</b>	<b>204.018</b>	<b>237.845</b>

### a) Expectativa de realização

A Companhia, com base em projeções realizadas pela diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração, relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis e sobre o saldo de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A recuperação do valor dos impostos diferidos é revisada anualmente, ou na ocorrência de indicativos de que os saldos não serão recuperados. As estimativas estão relacionadas a capacidade da Companhia obter os resultados esperados, considerando determinados aspectos econômicos e do mercado onde atua. Os resultados podem diferir das estimativas, caso as condições projetadas não se confirmem. De acordo com as projeções realizadas, os saldos dos impostos diferidos serão recuperados no seguinte cronograma.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
2022	-	26.089	-
2023	-	16.384	-
2024	-	24.752	16.369
2025	10.215	38.949	29.917
2025 a 2029	209.967	97.844	191.559
	<b>220.182</b>	<b>204.018</b>	<b>237.845</b>

b) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Lucro antes do IR e CSLL [A]	247.501	173.329	229.222
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	84.150	58.932	77.935
Efeito das adições permanentes: [D]	1.359	861	1.359
Efeito das exclusões permanentes: [E]	296.401	148.096	330.071
Subvenção para investimento (Nota 22)	123.576	117.204	123.576
Juros sobre o capital próprio (Nota 19)	82.000	-	82.000
Atualização monetária de débitos fiscais (Nota 8)	54.378	-	54.378
Prejuízo fiscal e base negativa	96.920	26.124	64.973
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 11)	(60.473)	2.231	5.144
Custos com IPO	-	1.447	-
Outras exclusões permanentes	-	1.090	-
Lucro (prejuízo) fiscal corrente [A] + [D] - [E] = [F]	(47.540)	26.094	(99.490)
IR/CSLL no resultado [F]*34% =[G]	16.164	(8.872)	33.827
Alíquota efetiva [G]/[A]	6,5%	-5,1%	14,8%

A Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 (ITG 22) - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, concluindo como não relevantes seus efeitos até o momento.

## 10. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas	Natureza da operação	Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Contas a receber</b>							
Extrafarma(a)	Venda de mercadorias	41.176	-	40.156	-	-	-
	Compra de mercadorias	-	784	(749)	-	-	-
<b>Outras contas a receber</b>							
Dupar Participações S.A. (e)	Outros créditos	1	-	-	1	-	-
e-Pharma PBM do Brasil S.A (b)	Prestação de serviços	2.264	720	-	915	-	-
	Adiantamentos	29.500	-	-	-	-	-
<b>Fornecedores</b>							
Biomatika Ind. e Com. Prod. Naturais S.A. (c)	Compra de produtos	238	252	-	-	511	-
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (d)	Frete de mercadorias	-	7.483	(111.379)	-	8.672	(105.039)
<b>Arrendamentos</b>							
Renda Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	4	769	(9.778)	-	801	(9.174)
Dupar Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	1	6.169	(74.456)	-	6.105	(70.645)
Prospar Participações S.A. (e)	Aluguel de imóveis	-	137	(1.677)	-	134	(1.452)
Total		73.184	16.314	(157.883)	916	16.223	(186.310)

- (a) Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., empresa controlada, detentora da marca Extrafarma. Os saldos se referem a vendas de mercadorias da Companhia para lojas Extrafarma e a adiantamentos à Extrafarma que serão liquidados com contas a pagar por mercadorias adquiridas pela Companhia junto à Controlada.
- (b) e-Pharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde, investida da Companhia. Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. A Companhia possui influência significativa nesta investida, mas não possui controle (vide Nota 11). Desta forma, as práticas comerciais realizadas são comparáveis às praticadas por outros players de mercado.
- (c) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A., empresa pertencente aos mesmos acionistas controladores da Companhia. Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. O contrato entre as partes estabelece a produção de produtos com a marca Pague Menos.
- (d) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A., empresa pertencente aos mesmos acionistas controladores da Companhia. Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. Todos os contratos de transporte de mercadorias passam por processo de cotação e dá-se a escolha pela melhor proposta técnica (nível de serviço) e comercial. Em abril de 2021, a Companhia aprovou no âmbito de seu Conselho de Administração, contrato de prestação de serviços de transporte de mercadorias com a L'auto, com prazo de 2 (dois) anos. Os preços dos serviços são estabelecidos em percentuais tarifários sobre o valor nota fiscal de transferência de mercadorias e variam de acordo com faixas estabelecidas por Estado da Federação.

(e) Renda Participações S.A., Dupar Participações S.A. e Prosperar Participações S.A., empresas pertencentes aos mesmos acionistas controladores da Companhia. Atuam na administração de imóveis próprios e de terceiros. A Companhia é locatária de 356 imóveis dessas empresas, onde opera parte de suas lojas. Os valores dos aluguéis são calculados sobre o faturamento mensal das lojas. Já para os imóveis ocupados pela Administração e centros de distribuição, os aluguéis são definidos em montantes fixos.

#### Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores totalizou R\$ 30.917 no exercício findo em 31 dezembro de 2022 (R\$ 21.304 em 2021). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego. Adicionalmente, desde 2020, a Companhia possui instituído programa de remuneração baseado em ações, conforme divulgado na Nota 21.

#### Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações nas quais partes relacionadas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos da Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
<i>Aval/fiança e devedor solidário</i> (Nota 15)	61.224	337.383
Pessoas físicas (acionistas)	42.525	102.182
Dupar Participações S.A.	18.699	235.201
<i>Imóveis</i> (Nota 15)	52.183	52.183
Dupar Participações S.A.	52.183	52.183

## 11. INVESTIMENTOS

#### Composição do saldo

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Investimento em controlada:			
<b>Extrafarma:</b>			
Valor contábil do investimento	899.223	-	-
	899.223	-	-
Investimento em coligada:			
<b>E-Pharma PBM do Brasil S.A.</b>			
Valor contábil do investimento	13.689	10.001	13.689
Ágio na aquisição de investimento (e-Pharma)	81.838	81.838	81.838
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio	(19.243)	(19.243)	(19.243)
	76.284	72.596	76.284
	975.507	72.596	76.284

*Movimentação do saldo*

	<b>Controladora</b>				
	31/12/2021	Aquisições (a)	Resultado da equivalência patrimonial	Dividendos e JCP recebidos	31/12/2022
Extrafarma	-	964.839	(65.616)	-	899.223
e-Pharma	72.596	-	5.142	(1.454)	76.284
<b>Total</b>	<b>72.596</b>	<b>964.839</b>	<b>(60.474)</b>	<b>(1.454)</b>	<b>975.507</b>

	<b>Consolidado</b>				
	31/12/2021	Aquisições	Resultado da equivalência patrimonial	Dividendos e JCP recebidos	31/12/2022
e-Pharma	72.596	-	5.142	(1.454)	76.284
<b>Total</b>	<b>72.596</b>	<b>-</b>	<b>5.142</b>	<b>(1.454)</b>	<b>76.284</b>

(a) refere-se aos saldos iniciais advindos da aquisição da Extrafarma, incluindo as mais-valias de ativos identificadas, conforme divulgado na Nota 4.

*Informações das investidas*

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu 26,21% das ações e-Pharma PBM do Brasil S.A., pelo total de R\$90.000, cujo patrimônio líquido correspondia a R\$8.162, conseqüentemente, foi apurado um ágio baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$81.838. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém 26,18% (26,18% em 2021) das ações da investida.

Em 1º de agosto de 2022, a Companhia adquiriu 99,07% das ações da Imifarma produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., conforme descrito na Nota 4.

*Investimento em controlada e coligada – informações financeiras resumidas*

	<b>Extrafarma</b>	<b>E-Pharma*</b>
	<b>31/12/2022</b>	
Ativo circulante	1.052.607	111.786
Ativo não circulante	549.673	37.564
Passivo circulante	(511.120)	(71.638)
Passivo não circulante	(306.837)	(25.424)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>784.323</b>	<b>52.288</b>
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos:	123.348	-
Marca	80.594	-
Mais valia de ativos imobilizados	42.754	-
Participação - %	99,07%	26,18%
<b>Valor do investimento</b>	<b>899.223</b>	<b>13.689</b>

	31/12/2022	
Demonstração do resultado		
Receita líquida	860.464	109.303
Prejuízo do exercício	(66.232)	19.649
% de participação	99,07%	26,18%
Resultado da equivalência patrimonial	(65.616)	5.144
Resultado de equivalência patrimonial	(65.616)	5.144

\* saldos em 30 de novembro de 2022

#### *Redução ao valor recuperável do ágio – e-Pharma PBM do Brasil S.A.*

A Companhia avaliou, com base em 31 de dezembro de 2022, a recuperação do valor contábil do ágio remanescente originado na aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A., utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pela unidade geradora de caixa cuja aquisição foi determinada por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, aplicada às projeções do fluxo de caixa foi de 17,31% antes dos impostos (17,50% em 2021). As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos da investida, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa.

O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da investida, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico da investida é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores individuais beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público.

#### *Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso*

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

##### *Receita de vendas e despesas*

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes nos contratos. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade de 5,62% em modelo nominal (3% em 2021).

##### *Margem bruta*

A margem bruta é baseada no valor do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado.

O teste de recuperação não identificou a necessidade de reconhecimento adicional de uma nova provisão para redução no valor recuperável do ágio, além do valor já contabilizado. Um aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) em 1,5p.p., levando a taxa para 18,81%, resultaria em valor recuperável de R\$ 263.360, ante avaliação do cenário base no Modelo de Fluxo de Caixa Descontado de R\$ 293.107. Uma redução de 1,5p.p. na Taxa de Crescimento Perpétuo (g) para 4,12% resultaria no valor recuperável de R\$ 273.408. No pior cenário do modelo atual, a avaliação seria de R\$ 248.459, o que não resultaria em perda adicional.

## 12. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
Taxa a.a.		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.048.730	(463.923)	584.807	854.942	(405.596)	449.346
(i)							
10%	Instalações	108.254	(58.288)	49.966	106.492	(48.696)	57.796
10%	Máquinas e equipamentos	122.202	(75.154)	47.048	108.414	(65.925)	42.489
10%	Móveis e utensílios	155.525	(65.514)	90.011	120.681	(52.893)	67.788
20%	Equipamentos de informática	72.248	(55.815)	16.433	65.797	(51.220)	14.577
-	Obras em andamento	45.995	-	45.995	39.620	-	39.620
	Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	133	-	133
	Provisão para encerramento de lojas	(4.889)	-	(4.889)	(16.383)	10.245	(6.138)
	<b>Total</b>	<b>1.548.065</b>	<b>(718.694)</b>	<b>829.371</b>	<b>1.279.696</b>	<b>(614.085)</b>	<b>665.611</b>

(i) A depreciação das benfeitorias é calculada de acordo o prazo de cada contrato de aluguel, que varia entre 5 e 25 anos, chegando-se numa média de taxa de depreciação de 8,6% a.a.

		Consolidado		
		31/12/2022		
Taxa a.a.		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
(i)	Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.324.260	(645.963)	678.297
10%	Instalações	108.254	(58.288)	49.966
10%	Máquinas e equipamentos	157.350	(95.159)	62.191
10%	Móveis e utensílios	272.167	(130.599)	141.568
20%	Veículos	13.005	(8.364)	4.641
20%	Equipamentos de informática	131.139	(107.339)	23.800
-	Mais-valia de imobilizado (i)	42.754	-	42.754
-	Obras em andamento	46.510	-	46.510
-	Provisão para encerramento de lojas	(4.889)	-	(4.889)
	<b>Total</b>	<b>2.090.550</b>	<b>(1.045.712)</b>	<b>1.044.838</b>

(i) Refere-se a mais valia identificada em ativos adquiridos em combinação de negócios, conforme divulgado na nota 4.

a) *Movimentação no exercício de 2022*

	Controladora					31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (i)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	449.346	174.244	(1.932)	(59.065)	22.214	584.807
Instalações	57.796	1.964	(345)	(9.657)	208	49.966
Máquinas e equipamentos	42.489	13.384	(76)	(9.306)	557	47.048
Móveis e utensílios	67.788	30.002	(200)	(12.691)	5.112	90.011
Equipamentos de informática	14.577	6.745	-	(4.662)	(227)	16.433
Obras em andamento	39.620	41.754	-	-	(35.379)	45.995
Adiantamentos a fornecedores	133	-	(133)	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(6.138)	-	1.249	-	-	(4.889)
<b>Total</b>	<b>665.611</b>	<b>268.093</b>	<b>(1.437)</b>	<b>(95.381)</b>	<b>(7.515)</b>	<b>829.371</b>

- (i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.  
(i) Refere-se a mais valia identificada em ativos adquiridos em combinação de negócios, conforme divulgado na nota 4.  
(ii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	Consolidado						31/12/2022
	31/12/2021	Aquisições	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (ii)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	449.346	104.453	177.282	(5.569)	(69.426)	22.211	678.297
Instalações	57.796	-	1.964	(345)	(9.657)	208	49.966
Máquinas e equipamentos	42.489	15.709	13.799	(78)	(10.285)	557	62.191
Móveis e utensílios	67.788	54.133	31.845	(786)	(16.525)	5.113	141.568
Equipamentos de informática	14.577	8.946	6.811	(827)	(5.481)	(226)	23.800
Obras em andamento	39.620	-	42.268	-	-	(35.378)	46.510
Adiantamentos a fornecedores	133	-	-	(133)	-	-	-
Provisão para encerramento de lojas	(6.138)	-	-	1.249	-	-	(4.889)
Veículos	-	4.969	-	(98)	(230)	-	4.641
Mais-valia de imobilizado (i)	-	42.754	-	-	-	-	42.754
<b>Total</b>	<b>665.611</b>	<b>230.964</b>	<b>273.969</b>	<b>(6.587)</b>	<b>(111.604)</b>	<b>(7.515)</b>	<b>1.044.838</b>

b) *Movimentação no exercício de 2021*

	01/01/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	383.676	118.131	(4.609)	(50.767)	2.915	449.346
Instalações	52.107	13.887	(296)	(8.784)	882	57.796
Máquinas e equipamentos	39.873	11.332	(24)	(8.752)	60	42.489
Móveis e utensílios	54.253	22.923	(50)	(10.107)	769	67.788
Equipamentos de informática	9.345	9.492	(2)	(4.326)	68	14.577
Obras em andamento	9.051	36.109	-	-	(5.540)	39.620
Adiantamentos a fornecedores	127	-	6	-	-	133
Provisão para encerramento de lojas	(7.143)	1.005	-	-	-	(6.138)
<b>Total</b>	<b>541.289</b>	<b>212.879</b>	<b>(4.975)</b>	<b>(82.736)</b>	<b>(846)</b>	<b>665.611</b>

- (i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

*Provisão para encerramento de loja*

A Companhia reconheceu uma provisão para encerramento de lojas no montante de R\$ 4.888 (R\$ 6.138 em 2021). A análise considera o resultado individual das lojas e expectativa de recuperação dos investimentos. As lojas que não apresentam resultados suficientes para recuperação do investimento estão sujeitas ao reconhecimento de uma provisão para encerramento de suas operações.

### 13. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/2022			31/12/2021		
Taxa a.a.		Amortização	Saldo		Amortização	Saldo	
		Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Marcas	(i)	4.289	-	4.289	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii)	19.658	(18.091)	1.567	19.805	(16.751)	3.054
Softwares	20%	150.218	(60.628)	89.590	94.720	(47.052)	47.668
Websites	10%	125	(75)	50	111	(61)	50
Intangível em andamento	-	6.084	-	6.084	3.494	-	3.494
Provisão para encerramento de lojas	-	-	-	-	(983)	638	(345)
<b>Total</b>		<b>180.374</b>	<b>(78.794)</b>	<b>101.580</b>	<b>121.436</b>	<b>(63.226)</b>	<b>58.210</b>

- i. Saldo referente ao custo de aquisição de marcas. Por ser um ativo intangível de vida útil indefinida, a Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do ativo. As estimativas indicam que o valor recuperável do ativo é maior do que seu valor contábil e nenhuma perda é esperada.
- ii. A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas o que varia entre 5 e 25 anos chegando-se numa média de taxa de amortização de 8,6%a.a.

		Consolidado		
		31/12/2022		
Taxa a.a.		Custo	Amortização	Líquido
Marcas	(i)	4.289	-	4.289
Fundo de comércio	(ii)	19.658	(18.091)	1.567
Softwares	20%	297.477	(169.857)	127.620
Websites	10%	125	(75)	50
Intangível em andamento	-	6.084	-	6.084
Mais valia de marca (iii)	-	80.594	-	80.594
		<b>408.227</b>	<b>(188.023)</b>	<b>220.204</b>

- iii. Refere-se a mais valia de marca, identificada na combinação de negócios com a Extrafarma, conforme divulgado na Nota 4.

#### a) Movimentação no exercício de 2022

		Controladora					
		31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências (i)	31/12/2022
Marcas		4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio		3.054	-	-	(1.487)	-	1.567
Softwares		47.668	45.242	(227)	(14.097)	11.004	89.590
Websites		50	303	(308)	-	5	50
Intangível em andamento		3.494	6.084	-	-	(3.494)	6.084
Provisão para encerramento de lojas		(345)	-	345	-	-	-
<b>Total</b>		<b>58.210</b>	<b>51.629</b>	<b>(190)</b>	<b>(15.584)</b>	<b>7.515</b>	<b>101.580</b>

- (i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

	Consolidado						31/12/2022
	31/12/2021	Aquisições	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	
		(i)				(ii)	
Marcas	4.289	-	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	3.054	-	-	-	(1.487)	-	1.567
Softwares	47.668	49.448	45.242	(227)	(25.515)	11.004	127.620
Websites	50	-	303	(308)	-	5	50
Intangível em andamento	3.494	-	6.084	-	-	(3.494)	6.084
Provisão para encerramento de lojas	(345)	-	-	345	-	-	-
Mais valia de marca	-	80.594	-	-	-	-	80.594
<b>Total</b>	<b>58.210</b>	<b>130.042</b>	<b>51.629</b>	<b>(190)</b>	<b>(27.002)</b>	<b>7.515</b>	<b>220.204</b>

(i) Ativos adquiridos na combinação de negócios com a Extrafarma, conforme divulgado na Nota 4.

(ii) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

#### b) Movimentação no exercício de 2021

	Controladora					
	31/12/2020	Aquisições	Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2021
					(i)	
Marcas	4.289	-	-	-	-	4.289
Fundo de comércio	5.025	80	(28)	(2.023)	-	3.054
Softwares	20.743	26.022	(77)	(8.060)	9.040	47.668
Websites	23	19	(24)	(6)	38	50
Intangível em andamento	8.232	3.494	-	-	(8.232)	3.494
Provisão para encerramento de lojas	(447)	102	-	-	-	(345)
<b>Total</b>	<b>37.865</b>	<b>29.717</b>	<b>(129)</b>	<b>(10.089)</b>	<b>846</b>	<b>58.210</b>

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado.

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fornecedores	1.351.092	1.226.435	1.626.657
Ajuste a valor presente (i)	(31.006)	(22.331)	(36.293)
<b>Total</b>	<b>1.320.086</b>	<b>1.204.104</b>	<b>1.590.364</b>

i) Os saldos de fornecedores sofrem o efeito do ajuste a valor presente do saldo considerando um prazo médio de pagamento entre 69 e 79 dias e taxa média de captação de recursos (70 a 78 dias em 2021) equivalente a 10,18% a.a.. A contrapartida do ajuste a valor presente é contra a conta de estoques, sendo reconhecida ao resultado na conta de custo das mercadorias vendidas quando da venda. A recomposição do saldo do passivo referente aos juros pela passagem do tempo é reconhecida como despesas financeiras.

a) *Saldos por vencimento*

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
	(reapresentado)		
A vencer:			
Entre 1 e 30 dias	405.510	427.453	508.789
Entre 31 e 60 dias	474.434	396.752	543.233
Entre 61 e 90 dias	205.034	142.803	247.173
Mais de 91 dias	266.114	259.427	327.462
Total	<u>1.351.092</u>	<u>1.226.435</u>	<u>1.626.657</u>

b) *Concentração do saldo*

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
	(reapresentado)	
Maior fornecedor	10%	12%
do 2º ao 25º	55%	50%
do 26º ao 50º	14%	15%
Demais fornecedores	21%	23%
Total	<u>100%</u>	<u>100%</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Banco	Tipo	Taxa média de juros	Controladora e Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021
<b>Empréstimos – em moeda nacional</b>			(Reapresentado)	
Banco do Brasil	Capital de giro	115% do CDI.	49.058	63.643
Banco do Brasil	Capital de giro	120% do CDI.	54.004	71.544
Itaú	Capital de giro	CDI + 2,50% a.a.	-	101.893
Santander	Capital de giro	CDI + 2,30% a.a.	32.997	162.595
Santander	Capital de giro	CDI + 1,69% a.a.	101.558	-
<b>Empréstimos – em moeda estrangeira</b>				
Safra (ii)	4131 – US\$	USD + 6,28% a.a.	49.203	-
			286.820	399.675
<b>Financiamentos</b>				
Banco do Brasil	FCO	4,12% a.a.	12.761	16.925
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	4,12% a.a.	12.132	24.264
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP_IPCA + 2,18%	7.663	10.562
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	TLP_IPCA + 2,98%	7.947	23.906
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	10,69% a.a.	3.015	9.043
			43.518	84.700
<b>Debêntures</b>				
4ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,95%	-	200.765
5ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,51%	17.751	51.692
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,75%	99.560	99.065
6ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 2,20%	357.290	353.714
7ª emissão de Debêntures	Quirografárias	CDI + 1,70%	530.539	-
			1.005.140	705.236
<b>Total de empréstimos, financiamentos e debêntures</b>			1.335.478	1.189.611
<b>Operações de Risco Sacado (i)</b>				
Banco ABC		-	36.982	31.352
BTG		-	121.755	-
Bradesco		-	82.594	72.712
			241.331	104.064
AVP - Ajuste a valor presente			(3.402)	(1.676)
<b>Total das Operações de Risco Sacado</b>			237.929	102.388
<b>Total da dívida</b>			1.573.407	1.291.999
Circulante			472.810	538.090
Não circulante			1.100.597	753.909
Instrumentos financeiros Swap Safra x US\$ (ii)			863	-
<b>Total líquido dos empréstimos, financiamentos, debêntures e risco sacado</b>			1.574.270	1.291.999

- (i) Refere-se ao saldo antecipado pelos fornecedores da Companhia junto a agentes financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, essas operações estendem o prazo médio de pagamento dos valores a pagar originalmente firmados com os fornecedores em 34 dias (24 dias em 2021). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, mediante cessão do crédito do fornecedor para os bancos, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na demonstração dos fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades de financiamento, em função da natureza de financiamento dessa transação. Os saldos são ajustados ao valor presente a uma taxa média de 10,18% (8,44% em 2021). A contrapartida do ajuste a valor presente é registrada nos estoques, sendo apropriado ao resultado financeiro de forma pro rata.
- (ii) A Companhia realizou captação em moeda estrangeira na modalidade “4131”, isenta de IOF. Com o objetivo de proteger a exposição cambial dessas operações, a Companhia contratou swap com mesmo prazo, taxa e valor.

a) *Movimentação do saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e risco sacado*

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
		(reapresentado)
Saldos iniciais	1.291.999	878.476
Captação de empréstimos e financiamentos	649.750	610.000
Operações de Risco Sacado	138.943	104.064
Juros incorridos	157.700	56.373
Amortização de principal	(531.448)	(300.801)
Amortização de juros	(123.382)	(50.763)
Variações cambiais	(1.090)	908
Ajuste a valor presente – Risco sacado	(3.402)	(1.676)
Ajuste a Valor de Mercado	-	(51)
Alterações no valor dos passivos financeiros mensurados a valor justo	863	-
Apropriação ao resultado de custos de transação	(5.663)	(4.531)
Saldos finais em 31 de dezembro	1.574.270	1.291.999

b) *Características das debêntures*

A 4ª emissão de debêntures simples foi realizada em 11 de fevereiro de 2019 no montante de R\$ 200.000 e era remunerada pela variação do CDI + 1,95% a.a. Essa operação foi liquidada em 12 de setembro de 2022. A 5ª emissão de debêntures simples foi realizada em 21 de julho de 2019 no montante de R\$ 100.000, tem vencimento para 21 de janeiro de 2023, e é remunerada pela variação do CDI + 1,51% a.a. A 6ª emissão de debêntures simples foi realizada em 5 de novembro de 2021 no montante de R\$ 450.000, sendo que a primeira série é remunerada pela variação do CDI +1,75% a.a. e tem vencimento em 5 de novembro de 2026, e a segunda série é remunerada pela variação do CDI + 2,20% a.a. e tem vencimento em 5 de novembro de 2028. A 7ª emissão foi realizada em 15 de julho de 2022 no montante de R\$ 500.000, tem vencimento para 15 de julho de 2026 e é remunerada pela variação do CDI +1,70% a.a.

As emissões são “não conversíveis” em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476. As debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

c) *Cronograma de desembolso dos empréstimos, financiamentos e debêntures*

	31/12/2022	31/12/2021
01/01/2023 – 31/12/2023	-	189.542
01/01/2024 – 31/12/2024	182.249	130.340
01/01/2025 – 31/12/2025	286.757	44.686
01/01/2026 – 31/12/2028	631.591	389.341
<b>Total</b>	<b>1.100.597</b>	<b>753.909</b>

d) *Garantias*

	31/12/2022	31/12/2021
Aval/fiança (Partes relacionadas – Nota 10)	61.224	337.383
Alienação fiduciária de direitos creditórios	40.521	117.707
Fianças bancárias	52.831	40.831
Imóveis (Partes relacionadas – Nota 10)	52.183	52.183
	<b>206.759</b>	<b>548.104</b>

e) *Cláusulas restritivas (covenants)*

Os índices e limites financeiros são verificados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia até o pagamento integral dos valores devidos. Em 31 de dezembro de 2022, os índices estavam dentro dos limites definidos contratualmente. A Companhia também está adimplente com demais *covenants* não financeiros.

## 16. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

a) *Composição do ativo de direito de uso*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.541.629	54.821	19.195	1.615.645	1.615.645
Aquisição (i)	-	-	-	-	350.261
Adições e remensurações	320.607	34.157	4.765	359.529	359.529
Baixas	(21.878)	(686)	(147)	(22.711)	(22.258)
Depreciação	(177.748)	(25.337)	(11.379)	(214.464)	(248.723)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.662.610</b>	<b>62.955</b>	<b>12.434</b>	<b>1.737.999</b>	<b>2.054.454</b>

(i) Saldo referentes à aquisição da Extrafarma, combinação de negócios divulgada na Nota 4.

b) *Passivo de arrendamento*

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.650.794	58.866	20.461	1.730.121	1.730.121
Aquisição (i)	-	-	-	-	380.580
Adições e remensurações	320.607	34.157	4.765	359.529	359.554
Baixas	(25.607)	(1.218)	(127)	(26.952)	(26.977)
Juros incorridos	132.322	5.247	1.289	138.858	146.518
Pagamentos	(268.746)	(30.025)	(12.988)	(311.759)	(350.304)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.809.370</b>	<b>67.027</b>	<b>13.400</b>	<b>1.889.797</b>	<b>2.239.492</b>
Circulante	216.863	32.136	10.327	259.326	313.299
Não circulante	1.592.507	34.891	3.073	1.630.471	1.926.193

(i) Saldo referentes à aquisição da Extrafarma, combinação de negócios divulgada na Nota 4.

c) *Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento*

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
01/01/2023 – 31/12/2023	-	208.765	-
01/01/2024 – 31/12/2024	223.434	172.589	286.347
01/01/2025 – 31/12/2025	209.291	156.214	262.660
01/01/2026 – 31/12/2026	194.381	176.588	240.287
A partir de 01/01/2027	1.003.365	793.818	1.136.899
Total	1.630.471	1.507.974	1.926.193

d) *Crédito de PIS e COFINS potencial*

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel que registrados na ocorrência de seus pagamentos. Estão apresentados abaixo o potencial desses créditos tributários. Parte dos contratos de arrendamento de imóveis não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas, logo o crédito é vedado pela legislação tributária.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Contraprestação do arrendamento	2.857.072	2.300.082	3.193.211
PIS e COFINS potencial (9,25%)	194.370	138.635	209.092

e) *Fluxos inflacionados e taxas nominais*

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do NBC TG 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do NBC TG 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Controladora			
	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imóveis	1.809.370	1.650.794	1.907.981	1.944.306
Equipamentos de informática	67.027	58.866	70.908	64.788
Máquinas e equipamentos	13.400	20.461	14.176	22.519
Total	1.889.797	1.730.121	1.993.065	2.031.613

	Consolidado	
	31/12/2022	
	Fluxo real	Fluxo
Imóveis	2.159.065	2.276.734
Equipamentos de informática	67.027	70.908
Máquinas e equipamentos	13.400	14.176
<b>Total</b>	<b>2.239.492</b>	<b>2.361.818</b>

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

## 17. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
ICMS	57.851	60.442	98.454
INSS/FGTS	11.136	11.038	23.232
ISS	16.442	12.149	16.532
PERT	7.642	8.513	7.642
IRPJ/CSLL	22.776	8.761	27.020
Outros	354	369	354
<b>Total</b>	<b>116.201</b>	<b>101.272</b>	<b>173.234</b>
Circulante	110.215	94.095	167.248
Não circulante	5.986	7.177	5.986

## 18. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

### a) Composição da conta

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Administrativas	766	517	766
Cíveis	3.349	3.207	3.802
Trabalhistas	11.674	18.596	17.460
Tributárias	302	245	5.178
Subtotal	16.091	22.565	27.206
Passivos contingentes assumidos em combinação de negócios	63.706	-	63.706
<b>Total</b>	<b>79.797</b>	<b>22.565</b>	<b>90.912</b>

As provisões para demandas judiciais cíveis são formadas por processos cujos valores individuais são pulverizados e decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

As provisões trabalhistas são formadas por processos cujos valores individuais também são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, relativas a horas extras ou diferenças salariais e que podem impactar ajustes em outras verbas como férias, FGTS e aviso prévio.

As provisões para demandas tributárias são relativas, substancialmente, a discussões acerca de escrituração e respectiva apuração de ICMS substituição tributária relacionadas a operações realizadas no estado do Ceará.

Passivos contingentes em combinação de negócios

Saldo referente ao valor justo dos passivos contingentes existentes na data da aquisição e assumidos na combinação de negócios com a Extrafarma. Por se tratar de passivos contingentes anteriores à aquisição da Controlada, o contrato prevê que eventuais desembolsos serão indenizados pela vendedora, de forma que a Companhia possui ativo indenizável registrado no mesmo valor do saldo da provisão para passivos contingentes em combinação de negócios.

b) *Movimentação dos processos no exercício de 2022*

	Controladora				31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Reversão	Pagamentos	
Administrativas	517	635	(31)	(355)	766
Cíveis	3.207	964	(67)	(755)	3.349
Trabalhistas	18.596	3.185	(181)	(9.926)	11.674
Tributárias	245	286	(31)	(198)	302
Passivos contingentes em combinação de negócios (ii)	-	63.706	-	-	63.706
<b>Total</b>	<b>22.565</b>	<b>68.776</b>	<b>(310)</b>	<b>(11.234)</b>	<b>79.797</b>

	Consolidado					
	31/12/2021	Aquisições (i)	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2022
Administrativas	517	-	635	(31)	(355)	766
Cíveis	3.207	495	1.062	(149)	(813)	3.802
Trabalhistas	18.596	6.028	3.386	(181)	(10.369)	17.460
Tributárias	245	4.761	441	(31)	(238)	5.178
Passivos contingentes em combinação de negócios (ii)	-	63.706	-	-	-	63.706
<b>Total</b>	<b>22.565</b>	<b>74.990</b>	<b>5.524</b>	<b>(392)</b>	<b>(11.775)</b>	<b>90.912</b>

(i) Refere-se aos saldos adquiridos (balanço de abertura) da Extrafarma, conforme combinação de negócios divulgada na Nota 4.

- (ii) Conforme contrato, os acionistas vendedores concordaram em indenizar a Companhia pelo limite máximo de 75% do preço de aquisição para contingências existentes até a data de fechamento. Neste sentido a Companhia constituiu provisão para passivos contingentes em combinação de negócios em contrapartida de um ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado, conforme acima.

c) *Movimentação dos processos no exercício de 2021*

	Controladora				31/12/2021
	31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	
Administrativas	868	453	(434)	(370)	517
Cíveis	2.819	708	(243)	(77)	3.207
Trabalhistas	23.215	5.063	(3.378)	(6.304)	18.596
Tributárias	339	238	(195)	(137)	245
<b>Total</b>	<b>27.241</b>	<b>6.462</b>	<b>(4.250)</b>	<b>(6.888)</b>	<b>22.565</b>

d) *Passivos contingentes – Risco de perda possível*

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia era parte em demandas judiciais classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 411.951 (R\$ 377.294 em 2021) por parte da Controladora, Consolidado: R\$ 475.657 dos quais R\$ 63.706 são passivos contingentes assumidos em combinação de negócios.

A natureza e estimativa estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Administrativas	9.678	638	9.678
Cíveis	3.288	2.410	12.634
Trabalhistas	48.837	42.564	56.214
Tributárias	350.148	331.682	397.131
<b>Total</b>	<b>411.951</b>	<b>377.294</b>	<b>475.657</b>

Tributárias: Referem-se a notificações, em sua maioria fiscais, de lançamentos de débito no entender da Companhia e seus assessores jurídicos, destituídas de base fática, portanto com possibilidades plenas de anulação, entre as quais descrevemos as principais:

i) Ação anulatória de débitos de ICMS (controladora)

Ação anulatória objetivando o cancelamento do auto de infração no valor de R\$ 144.083 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 139.834 em 2021), que foi lavrado para exigência de valores a título de ICMS decorrente da escrituração de créditos em valores superiores aos destacados nas notas fiscais de entrada de produtos destinados à comercialização, o que, segundo a fiscalização, teria (na opinião do fisco) ocasionado omissão de pagamento de ICMS no período compreendido entre março de 2014 a dezembro de 2018.

ii) Créditos de PIS e COFINS sobre insumos (controladora)

Auto de infração lavrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 132.123, exigindo valores a título de PIS e COFINS decorrentes de créditos fiscais registrados no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativas à despesas com bens e serviços utilizados como insumos (exemplos: serviços de limpeza, taxas de administração de cartões, fretes, entre outros), nos quais a Receita Federal, com base na interpretação restritiva do art. 3º, inc. II, das Leis 10.637/02 e 10.833/03 e em razão do fato de que a Companhia tem por atividade fim o comércio varejista, não entende como possível.

Trabalhistas: Referem-se a reclamações oriundas de verbas rescisórias que, no entender da Companhia foram totalmente quitadas no momento do desligamento, configurando-se assim, a confiança em sua não admissibilidade.

Administrativas: Referem-se a notificações advindas dos procedimentos adotados nas filiais, configurando-se na maioria dos casos como meros equívocos de interpretação da norma.

Cíveis: Referem-se à provocação de danos morais e/ou materiais, no entender do demandante, sofridos no interior de nossas lojas. Como a política de atendimento da Companhia é de total respeito ao público consumidor, entende-se que a interpretação é improcedente.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$1.241.689, do qual é deduzido o valor de R\$ 42.470 referente aos custos com emissão de ações no IPO, totalizando o montante de R\$ 1.199.219. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o valor do capital social da Companhia está representado por 443.781.062 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fica autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com a emissão de até 150.000.000 novas ações ordinárias.

### b) Reserva de capital

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ágio na emissão de ações (i)	386.650	386.650
Custo na emissão de ações (ii)	(11.390)	(11.390)
Plano de ações restritas (iii)	16.288	14.146
Ações em tesouraria (Nota 19(e))	(20.993)	(20.040)
Reserva de incorporação	330	330
Total	<u>370.885</u>	<u>369.696</u>

- i. Conforme Acordo de Investimentos entre Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., foi constituída reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$397.357 sendo que em 2017 e 2018 foi efetuada uma reversão de R\$ 6.527 e R\$ 4.180, respectivamente, em virtude de indenização paga aos acionistas subscritores.
- ii. Valor referente ao custo na emissão de novas ações de R\$ 11.390 na operação de investimento da General Atlantic Brasil Investimentos S.A. em 2015.

- iii. Em 2020 foi aprovada a criação de um Plano de Ações Restritas cujos detalhes do plano e outorgas concedidas encontram-se divulgadas na Nota 20.

c) *Reservas de lucros*

A Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social, após a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Reserva de incentivo fiscal é constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota 22 – Subvenções governamentais.

d) *Destinação dos lucros*

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, após a destinação da reserva de incentivos fiscais, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social subscrito. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- Uma parcela destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, observado o disposto no artigo 35 do Estatuto Social e no artigo 202 da Lei das S.A.;
- Uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A.; e
- O saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais e o disposto no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a destinação do lucro líquido do exercício foi:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	263.665	164.457
(-) Reserva de incentivo fiscal	(177.349)	(164.457)
(-) Reserva legal	(4.316)	-
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo para dividendo mínimo obrigatório	82.000	-
Percentual de dividendo mínimo	25%	25%
Dividendo anual – mínimo obrigatório	20.500	-
Juros sobre o capital próprio – imputado aos dividendos mínimos	20.500	-
Juros sobre o capital próprio – excedente	61.500	-
Juros sobre o capital próprio declarados	82.000	-
	<hr/>	<hr/>

Em 14 de dezembro de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 82.000, correspondendo ao valor bruto de R\$ 0,1861258851 por ação ordinária (desconsiderando-se, para fins desse cálculo, ações mantidas em tesouraria), cujo valor líquido de R\$ 69.700, está provisionado para pagamento em 31 de dezembro de 2022, correspondendo ao valor líquido de R\$ 0,1582070023 por ação, sendo imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício corrente, nos termos do artigo 35 do estatuto social da Companhia.

Conforme Nota 22, os valores recebidos por subvenções governamentais devem ser destinados para reserva de incentivo fiscal. Caso o lucro disponível não seja suficiente para destinação integral da subvenção recebida no ano, a Companhia deverá recompor a reserva com lucros de períodos posteriores. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está destinando o montante de R\$ 53.773, referente a subvenções recebidas em períodos anteriores.

e) *Ações em tesouraria*

Em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura de um Programa de Recompra de até 1.100.000 ações ordinárias. Adicionalmente, em 1 de dezembro de 2021, foi aprovado um novo Programa de Recompra de até 2.000.000 ações, tendo como termo final o dia 1 de março de 2022 e em 1 de agosto de 2022 foi aprovado novo Programa de Recompra de até 5.000.000 ações, com duração de 6 meses, tendo como termo final 1 de fevereiro de 2023.

No âmbito dos Programas, a Companhia adquiriu, desde seu lançamento até a data de encerramento, o montante de 6.056.600 ações ordinárias no valor total de R\$ 43.078, ao custo médio de R\$ 7,11, das quais 3.735.620 ações permanecem em tesouraria ao custo médio de R\$ 5,62 totalizando o montante de R\$ 20.993.

## 20. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

O Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020 e tem como objetivo permitir a outorga de ações restritas aos participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vistas a: (i) atrair e reter os diretores, gerentes e empregados de alto nível da Companhia; (ii) conceder aos participantes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos interesses destes com os interesses da Companhia; e (iii) desenvolver os objetos sociais da Companhia e os interesses dos acionistas. Durante a vigência do Plano de Ações Restritas, poderão ser entregues aos participantes, ações representativas de até 1,5% do capital social da Companhia. O saldo do Plano de Ações Restritas em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 16.288 (R\$ 14.146 em 2021).

Cabe ao Conselho de Administração selecionar os diretores, conselheiros independentes do Conselho de Administração, gerentes e empregados de alto nível da Companhia, em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e sujeitas às restrições previstas no Plano de Ações Restritas, programa e/ou no respectivo contrato de outorga.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado do período atribuível aos acionistas	263.665	164.457
Quantidade ponderada de ações durante o período (lote de mil)	443.781	443.781
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,59	0,37

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam ações restritas ou outros instrumentos conversíveis com potencial diluidor, uma vez que as potenciais ações do Plano de Ações Restritas comentado na Nota 20, quando emitidas, as serão com a utilização de ações em tesouraria adquiridas para essa finalidade, sem que haja diluição.

## 22. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

A Companhia possui regimes especiais de tributação, relativos ao ICMS, concedido pelos Estados do Ceará, Goiás, Pernambuco, e Bahia, que implicam na redução de carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências. A Companhia reconheceu em seu resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como redução do custo das mercadorias vendidas, o montante de R\$ 123.576 (R\$ 117.204 em 2021).

Os valores apurados de subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e devidamente destinadas, anualmente, para a reserva de incentivo fiscal.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Venda de mercadorias	8.828.201	7.871.897	9.701.116
Serviços prestados	123.296	190.976	123.501
Receita bruta	<u>8.951.497</u>	<u>8.062.873</u>	<u>9.824.617</u>
Impostos sobre vendas	(483.026)	(439.355)	(528.800)
Devoluções e abatimentos	(48.964)	(53.482)	(54.602)
Ajuste a valor presente	(49.991)	(41.326)	(52.140)
Deduções das vendas	<u>(581.981)</u>	<u>(534.163)</u>	<u>(635.542)</u>
Receita líquida	<u>8.369.516</u>	<u>7.528.710</u>	<u>9.189.075</u>

## 24. CUSTOS E DESPESAS

Classificados por conta:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Custo das mercadorias vendidas	(5.686.664)	(5.108.147)	(6.238.300)
Despesas com vendas	(1.997.409)	(1.777.245)	(2.257.817)
Despesas gerais e administrativas	(259.257)	(271.820)	(321.419)
Total de custos e despesas	<u>(7.943.330)</u>	<u>(7.157.212)</u>	<u>(8.817.536)</u>

Classificados por natureza:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Custo de aquisição de mercadorias	(5.686.664)	(5.108.147)	(6.238.300)
Despesas com pessoal	(1.246.713)	(1.093.008)	(1.407.839)
Despesas com aluguéis	(70.876)	(64.663)	(82.890)
Despesas gerais	(613.661)	(612.770)	(700.890)
Depreciação e amortização	(325.416)	(278.654)	(387.617)
Total de custos e despesas	<u>(7.943.330)</u>	<u>(7.157.212)</u>	<u>(8.817.536)</u>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras	28.467	14.383	28.646
Ajuste a valor justo dos instrumentos derivativos	455	8.403	455
Ajuste a valor justo de passivos financeiros	-	51	-
Ajuste a valor presente	49.372	41.087	51.427
Variação cambial	1.095	4.725	1.095
Outras receitas financeiras	1.546	10.912	1.784
Total de receita financeira	<u>80.935</u>	<u>79.561</u>	<u>83.407</u>
Despesas financeiras			
Juros provisionados	(158.024)	(53.678)	(158.024)
Juros de arrendamento	(138.886)	(120.238)	(151.893)
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	(1.318)	(7.422)	(1.318)
Ajuste a valor presente	(120.515)	(83.859)	(135.549)
Variação cambial	(7)	(5.638)	(7)
Outras despesas financeiras	(36.782)	(9.386)	(44.229)
Total de despesa financeira	<u>(455.532)</u>	<u>(280.221)</u>	<u>(491.020)</u>
Resultado financeiro	<u>(374.597)</u>	<u>(200.660)</u>	<u>(407.613)</u>

## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Composição dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros quanto a sua avaliação inclusos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão identificados a seguir de acordo com sua mensuração:

Descrição	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Mensurados ao custo amortizado		(reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	153.139	654.121	163.742
Aplicações financeiras	9.509	8.639	9.509
Contas a receber de clientes	508.359	530.268	505.519
Fornecedores	(1.320.086)	(1.204.104)	(1.590.364)
Financiamentos e empréstimos	(330.338)	(484.375)	(330.338)
Debêntures	(1.005.140)	(705.236)	(1.005.140)
Operações de risco sacado	(237.929)	(102.838)	(237.929)
Passivos de arrendamento	(1.889.797)	(1.730.121)	(2.239.492)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos (saldo passivo de <i>Swaps</i> de moeda estrangeira)	(863)	-	(863)

### b) Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

#### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas com clientes ou contrapartes em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber com administradoras de cartões de crédito e instrumentos derivativos.

*Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos derivativos.*

A Companhia possui saldos a receber de instituições financeiras referentes a caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 162.648 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 662.760 em 2021), os quais representam sua máxima exposição de crédito (R\$ 173.251 – Consolidado). O risco de crédito junto às instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Tais recursos são pulverizados em determinadas instituições financeiras a fim de minimizar a concentração de risco e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial inadimplência da contraparte.

*Contas a receber com administradoras de cartões de crédito*

Para os saldos de contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente garantidas pelas administradoras de cartões de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de administradoras de cartões de débito e crédito a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
A vencer			
1 a 30 dias	162.158	259.468	176.393
31 a 60 dias	116.958	109.297	121.536
61 a 90 dias	88.193	76.693	90.206
acima de 90 dias	83.028	63.034	84.209
	<u>450.337</u>	<u>508.492</u>	<u>472.344</u>

Não há saldos vencidos mantidos com administradoras de cartões de crédito.

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses periódicos, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos estão demonstradas a seguir:

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	153.139	153.139	153.139	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	508.359	508.359	508.359	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.320.086)	(1.320.086)	(1.320.086)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 16)	(1.889.797)	(1.889.797)	(259.326)	(223.434)	(566.834)	(840.203)
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	(330.338)	(330.338)	(174.282)	(150.601)	(5.455)	-
Debêntures (Nota 15)	(1.005.140)	(1.005.140)	(60.598)	(31.648)	(738.304)	(174.590)
Operações de risco sacado (Nota 15)	(237.939)	(237.939)	(237.939)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swaps)	(863)	(863)	(863)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	654.121	654.121	654.121	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	530.268	530.268	530.268	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.204.104)	(1.204.104)	(1.204.104)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 16)	(1.730.121)	(1.730.121)	(222.147)	(208.765)	(328.803)	(970.406)
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	(484.375)	(484.375)	(314.703)	(93.426)	(76.246)	-
Operações de risco sacado (Nota 15)	(102.388)	(102.388)	(102.388)	-	-	-
Debêntures (Nota 15)	(705.236)	(705.236)	(120.999)	(96.116)	(138.707)	(349.414)
Consolidado						
Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	163.742	163.742	163.742	-	-	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	505.519	505.519	505.519	-	-	-
Fornecedores (Nota 14)	(1.590.364)	(1.590.364)	(1.590.364)	-	-	-
Arrendamentos (Nota 16)	(2.239.492)	(2.239.492)	(313.299)	(286.347)	(666.109)	(973.737)
Financiamentos e empréstimos (Nota 15)	(330.338)	(331.338)	(175.145)	(150.601)	(5.455)	-
Debêntures (Nota 15)	(1.005.140)	(1.005.140)	(60.598)	(31.648)	(738.304)	(174.590)
Operações de risco sacado (Nota 15)	(237.929)	(237.929)	(237.929)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swaps)	(863)	(863)	(863)	-	-	-

### Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se principalmente às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

#### *Risco de taxa de juros*

A Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2022 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 13,65% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção da curva do CDI considerando o fechamento base de 31 de dezembro de 2022, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre dezembro de 2020 e janeiro de 2026) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

#### *Análise de sensibilidade adicional*

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos empréstimos e financiamentos e debêntures, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. O Cenário provável considera a curva de juros atual projetada pelo Banco Central. A partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando um ano e verificando a sensibilidade do indexador CDI em cada cenário.

31 de dezembro de 2022

Controladora					
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo Contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos, financiamentos e risco sacado	Alta do CDI	(569.130)	(2.923)	(3.632)	(4.336)
Debêntures	Alta do CDI	(1.005.140)	(9.403)	(11.449)	(13.475)
Aplicações financeiras	Alta do CDI	101.924	1.547	1.933	2.320
Exposição líquida (despesa financeira)			(10.779)	(13.148)	(15.491)

Consolidado					
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Empréstimos, financiamentos e risco sacado	Alta do CDI	(569.130)	(2.923)	(3.632)	(4.336)
Debêntures	Alta do CDI	(1.005.140)	(9.403)	(11.449)	(13.475)
Aplicações financeiras	Alta do CDI	101.924	1.547	1.933	2.320
Exposição líquida (despesa financeira)			(10.779)	(13.148)	(15.491)

31 de dezembro de 2021

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(484.375)	(6.638)	(8.058)	(9.479)
Debêntures	Alta do CDI	(705.236)	(10.532)	(12.756)	(14.979)
Aplicações financeiras	Alta do CDI	599.685	6.162	7.702	9.243
Exposição líquida (despesa financeira)			(11.008)	(13.112)	(15.215)

*Risco cambial*

A Companhia possui a política de contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção de operações financeiras realizadas em moeda estrangeira no montante de USD 9.430. Tais operações são realizadas com as mesmas contrapartes que concederam as operações de crédito originais e no mesmo valor nominal de forma a evitar qualquer descasamento nas posições. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dos instrumentos financeiros derivativos era de R\$ 863.

Para mensurar o impacto estimado no resultado, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira considerando os três cenários abaixo. O cenário provável considera a taxa do dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2022, o cenário I e II consideram um aumento de 25% e 50%, respectivamente, na taxa de câmbio de fechamento.

31 de dezembro de 2022

Transação	Risco (Moeda)	Exposição	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta do US\$	49.203	-	(12.554)	(25.108)

**Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

O índice de alavancagem é como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
	(reapresentado)		
Empréstimos, financiamentos, debêntures e risco sacado	1.573.407	1.291.999	1.573.407
Instrumentos financeiros derivativos (Swaps de moeda estrangeira)	863	-	863
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(153.139)	(654.121)	(163.742)
(-) Aplicações financeiras	(9.509)	(8.639)	(9.509)
Dívida líquida	1.411.622	629.239	1.401.019
Patrimônio líquido	2334.551	2.090.197	2.342.993
Índice de alavancagem	0,60	0,30	0,60

**Hierarquia do valor justo**

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros cujos valores foram registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 19)	-	-	16.288

Descrição	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 19)	-	-	14.146

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

#### *Financiamentos e empréstimos e debêntures – mensurados ao custo amortizado*

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2020 e 2026, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### *Financiamentos e empréstimos - passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um spread, o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui financiamentos e empréstimos mensurados a valor justo por meio do resultado.

## 27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros para suas lojas, centros de distribuição e sede:

Modalidade	31/12/2022	31/12/2021
Limite Máximo de Garantia Contratada	465.000	405.000
Sublimite de Responsabilidade Civil	30.000	15.000
Sublimite de Danos Materiais	30.000	46.400
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores	30.000	15.000

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu, em 8 de fevereiro de 2023, o julgamento sobre ‘coisa julgada’ em tributos recolhidos de forma continuada, no sentido da perda de efeitos de decisões individuais transitadas em julgado quando proferido novo julgamento, em sentido diverso, em matérias tributárias. O STF rejeitou, ainda, o pedido de modulação dos efeitos da referida decisão, determinando o recolhimento de valores passados, desde que ainda não prescritos.

A Companhia avaliou os efeitos da decisão sobre processos transitados em julgado e concluiu que não há impactos sobre as demonstrações financeiras, pois não foi identificado nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo STF posteriormente, em controle de constitucionalidade.

#### Aumento de capital

Em 14 de dezembro de 2022, foi deliberado pelo Conselho de Administração aumento de capital, por subscrição privada, em no mínimo R\$ 52.480 e no máximo R\$ 82.000, ao preço de R\$ 3,68 por ação, representando deságio de 15% em relação aos 20 últimos pregões anteriores à data da deliberação. Tiveram direito ao JCP todos os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia ao final do pregão de 27 de janeiro de 2023 e o direito de preferência para subscrição de novas ações poderiam ser exercidos entre 30 de janeiro e 28 de fevereiro. Os procedimentos e prazos específicos para pagamento serão detalhados em comunicado ao mercado a ser oportunamente divulgado pela Companhia.

Conforme disposto no Item 11 de nosso Formulário de Referência, a Companhia divulga projeções de três variáveis de negócio, como se segue:

- i) Número total de lojas a serem abertas ao longo do ano calendário, considerando apenas as aberturas brutas, não levando em conta eventuais fechamentos de lojas. Portanto, o aumento líquido de lojas pode diferir da soma entre as lojas iniciais e as aberturas brutas no período;
- ii) Captura de sinergias operacionais resultantes da aquisição da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"), medida pelo incremento no EBITDA Consolidado da Companhia gerado por essas sinergias, em bases recorrentes anuais;
- iii) Índice de endividamento líquido da Companhia, medido pela razão entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA consolidado, ajustado por efeitos não recorrentes, acumulado em 12 (doze) meses, desconsiderando os efeitos da norma contábil IFRS16 (ex-IFRS16).

Apresentamos abaixo os comentários sobre o comportamento das projeções referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## I) ABERTURA DE LOJAS

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 01 de setembro de 2021, a Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") divulgou projeções de abertura bruta de 120 lojas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No quarto trimestre de 2022, foram inauguradas 61 lojas, totalizando 118 lojas abertas no acumulado do ano, duas a menos que o projetado. As duas lojas remanescentes, com previsão original de abertura em dezembro de 2022, tiveram suas inaugurações postergadas para o mês de janeiro de 2023.

Ano	Projeção	Realizado
2021	80 aberturas	80 aberturas
2022	120 aberturas	118 aberturas

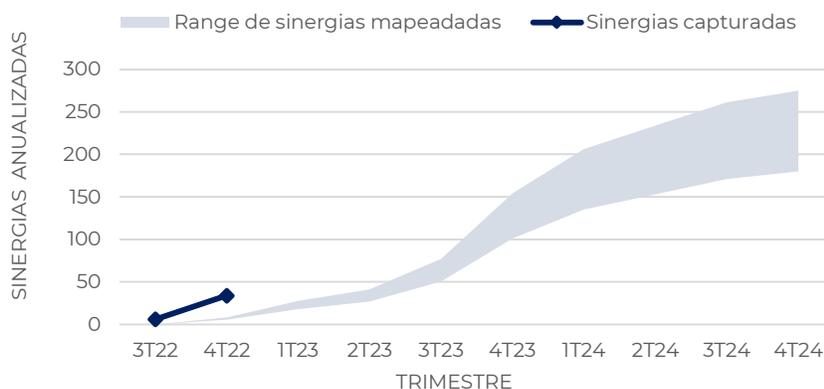
## II) CAPTURA DE SINERGIAS EXTRAFARMA

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 01 de agosto de 2022, a Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia") divulgou o fechamento da transação de aquisição da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma") junto à Ipiranga Produtos de Petróleo S.A, sociedade controlada pela Ultrapar Participações S.A ("Ultrapar"), para aquisição de até 100% do capital social.

As projeções de captura de sinergias operacionais resultantes da aquisição da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"), será medida pelo incremento no EBITDA Consolidado da Companhia gerado por essas sinergias, em bases recorrentes anuais, se estendendo ao longo de aproximadamente 30 (trinta) meses, contados a partir da data de fechamento da operação, ou seja, até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Registramos no 4T22 volume de R\$ 14,0 milhões em sinergias, decorrentes principalmente do redesenho organizacional (R\$ 3,7 milhões), eficiências logísticas (R\$ 2,0 milhões), *vendor management* e marcas próprias (R\$ 2,1 milhões), ampliação do sortimento (R\$ 1,8 milhões), entre outros. O valor foi parcialmente compensado por dissinergias estimadas em R\$ 5,5 milhões, relacionadas a i) o encerramento da operação de atacado e desinvestimentos de lojas impostos pelo CADE (R\$ 2,2 milhões); e ii) tempo de adaptação e impactos das viradas de sistemas de CDs no abastecimento de lojas, normais em processos de integração logística nessa escala (R\$ 3,3 milhões). Além disso, reconhecemos no trimestre volume de R\$ 9,1 milhões em despesas não recorrentes relacionadas ao estágio inicial da integração, já desconsideradas no resultado ajustado apresentado neste *release*. Em bases anualizadas, as sinergias capturadas no 4T22, líquidas de dissinergias, representam R\$ 34 milhões, equivalente a 15% do potencial mapeado na transação.

**CURVA DE CAPTURA DE SINERGIAS**  
(R\$ milhões)



### III) ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Com o fechamento da transação de aquisição da Extrafarma e de forma a incorporar as sinergias mapeadas, a projeção divulgada diz respeito à posição do endividamento líquido na data de 31 de dezembro de 2024, quando o processo de integração estará concluído, e ao EBITDA ajustado, ex-IFRS16, acumulado nos 12 (doze) meses anteriores.

As projeções de endividamento líquido foram elaboradas levando em conta o planejamento orçamentário e do fluxo de caixa das operações, além de incorporar a captura de sinergias mapeadas com a aquisição da Extrafarma. É importante destacar que o cálculo da dívida considera apenas obrigações relacionadas a Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, desconsiderando obrigações de contratos de arrendamento mercantil e parcelas a pagar de aquisições. O objetivo da Companhia é demonstrar que a capacidade de pagamento de dívida será ampliada pelo impacto das sinergias mapeadas, objeto da projeção (ii).

Ano	Projeção
Até 31/12/2024	Até 1,7x o EBITDA ajustado ex-IFRS16 acumulado em 12 (doze) meses

A dívida líquida consolidada totalizou R\$ 1.167,4 milhões ao final de 2022, equivalente a 2,6x o EBITDA ajustado quando desconsiderados os efeitos do IFRS 16. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, registramos um incremento 1,3x, relacionado principalmente ao pagamento da primeira parcela da aquisição da Extrafarma (R\$ 365 milhões), ciclo de caixa operacional (R\$ 119 milhões, em sua maioria relacionado ao investimento em estoques da Extrafarma) e ao serviço da dívida no período (R\$ 123 milhões).



<sup>1</sup> Operações de risco sacado, demonstradas na Nota Explicativa 15 das Demonstrações Financeiras, estão sendo consideradas como fornecedores e desconsideradas dos cálculos de endividamento, para fins deste release

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Diretores da  
**Empreendimentos Pague Menos S.A.**  
Fortaleza - CE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Controles gerais de tecnologia da informação

A Companhia, impactada pelo elevado número de transações que realiza e pela sua dispersão geográfica, possui uma complexa estrutura de sistemas informatizados e integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia do desenho e da operação dos controles gerais de tecnologia da informação é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve diversas lojas em todos os Estados do país e nove centros de distribuição, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação para a Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para nos auxiliarem no entendimento relacionado aos ambientes dos principais sistemas de informação que afetam a estrutura de negócios da Companhia. As inconsistências constatadas no desenho e/ou na operação dos controles gerais de tecnologia da informação relacionados a acesso lógico e gestão de mudanças, impactaram na nossa avaliação da natureza, da época e da extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Em função da identificação dessas inconsistências, os nossos procedimentos adicionais incluíram também a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia utilizadas no planejamento e execução dos nossos testes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Bonificações recebidas de fornecedores

As bonificações recebidas de fornecedores e as contribuições promocionais são práticas comerciais regulares no setor de varejo. A Companhia e sua controlada recebem vários tipos de bonificações, conforme divulgado na Nota 3, as quais são um componente significativo na determinação dos custos das mercadorias vendidas.

Consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria em virtude dos montantes envolvidos, além do fato de que o reconhecimento do benefício e seu conseqüente registro em estoques requererem julgamentos por parte da diretoria da Companhia em relação à natureza, ao cumprimento das obrigações descritas nos acordos comerciais com fornecedores, às estimativas utilizadas para apurar os valores e ao período do reconhecimento da bonificação como redução dos custos das mercadorias vendidas, no resultado do exercício.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação e entendimento do processo para identificação, mensuração e contabilização das bonificações; (ii) seleção de uma amostra de acordos comerciais para análise de seus termos, recálculo dos valores das bonificações e confronto com os registros contábeis; (iii) análise das premissas utilizadas para determinação do cumprimento das obrigações com os fornecedores e do respectivo período de competência para o reconhecimento das bonificações no resultado do exercício; e (iv) exames de recebimentos subsequentes.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados para o reconhecimento tempestivo e divulgação das receitas de bonificação concedidas pelos fornecedores são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Combinação de negócios

Em 1º de agosto de 2022, a Companhia adquiriu o controle da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e 4. A transação foi contabilizada aplicando-se o método de aquisição, o qual requer, entre diversos procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas complexas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza e julgamento. A avaliação e mensuração dos ativos e passivos a valor justo foi conduzida pela diretoria da Companhia e envolveu, inclusive, a contratação de especialistas de mercado em avaliações. Tal processo, ainda que preliminar, resultou na apuração de ganho por compra vantajosa no montante de R\$252.806 mil além da identificação de mais valia de ativos fixos e intangíveis nos montantes de R\$42.754 mil e R\$80.594 mil, respectivamente.

Devido à relevância dos saldos, complexidade das estimativas e alto grau de julgamentos envolvidos na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, consideramos a combinação de negócios um dos principais assuntos de auditoria.

### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise das informações financeiras da empresa adquirida e discussão com a diretoria acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis; (ii) utilização de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) avaliação da data de aquisição e obtenção de controle e valor do preço efetivamente pago para fins de apuração do ganho por compra vantajosa; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas respectivas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a combinação de negócios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios, julgamentos e premissas adotados pela Companhia na combinação de negócios, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 6 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SP015199/O

A handwritten signature in grey ink, appearing to read 'Henrique Piereck de Sá'.

Henrique Piereck de Sá  
Contador CRC PE023398/O

# **Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

Empreendimentos Pague Menos S.A.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO  
- 2022

Aos Conselheiros de Administração da Empreendimentos Pague Menos S.A.

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) da Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”), cuja criação foi deliberada na reunião do Conselho de Administração do dia 27 de dezembro de 2016, é composto por um membro independente do Conselho de Administração e dois membros com experiência em assuntos de contabilidade e societários, sendo um deles independente e seus respectivos suplentes.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais e regulamentares aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, principalmente das áreas financeiras, contábil, jurídica, além dos auditores independentes e da auditoria interna, bem como nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na presente data, o Comitê é composto pelos seguintes membros: Sr. Frederico Seabra Carvalho, Sr. Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos e Sra. Manuela Vaz Artigas, eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de março de 2021. Ao Sr. Frederico Seabra Carvalho foi atribuída a coordenação do Comitê.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO**

No período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, o Comitê reuniu-se 7 (sete) vezes. As atas das reuniões do Comitê são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que o Coordenador do Comitê relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julgado apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do Comitê.

As principais atividades realizadas foram:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano de trabalho da Auditoria Interna;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes quanto à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados. Acompanhamento da renovação da contratação dos auditores externos;

- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Monitoramento dos mecanismos de controles internos;
- Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB; e
- Análise das Informações Trimestrais - ITRs, das Demonstrações Financeiras – DFPs e do Formulário de Referência.

### 3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, foram avaliadas recomendações de ações de melhoria para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas e controladas pela Gerência de Auditoria Interna. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

### 4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração da Companhia é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todos dos departamentos da Companhia, dos procedimentos e das práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

### 5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) é a empresa de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

## 6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Companhia, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

O Comitê reúne-se periodicamente com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e respectivas informações trimestrais.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os principais assuntos de auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas para apresentação das demonstrações financeiras, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

## 7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Companhia. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Companhia que possa ter afetado sua independência na execução dos seus trabalhos referente à auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

Registra-se, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes da EY e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Companhia, em particular das áreas financeiras, contábeis e da Auditoria Interna, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram prestados estão adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras e no relatório da administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Fortaleza, 6 de março de 2023.

Frederico Seabra Carvalho  
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Manuela Vaz Artigas  
Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário e Representante do Conselho de Administração

Paulo Sérgio Cruz Dortas Matos  
Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com a apresentação das demonstrações financeiras.

Fortaleza, 6 de março de 2023.

---

Mario Henrique Alves de Queirós  
Diretor-Presidente

---

Luiz Renato Novais  
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

---

Marcos Ricardo Colares  
Diretor Vice-Presidente Comercial e *Supply*

---

José Carlos Rafael de Assis Vasquez  
Diretor Vice-Presidente de Operações, Digital e Expansão

---

Joaquim Dias Garcia Neto  
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

---

Renato Camargo Nascimento Junior  
Diretor Vice-Presidente de Marketing e Relacionamento com o Cliente e Diretor de Digital

---

Afro José Campos de Vasconcelos  
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia

---

Rafael Lima e Silva  
Diretor de Expansão

---

Jadson Antônio Santos de Almeida  
Diretor de Aplicações de Tecnologia

---

Gianni Dias Gill  
Diretor de Operações

---

André Albuquerque Ferreira Pinto Bandeira  
Diretor de Operações

---

Renan Vieira Barbosa  
Diretor de *Supply Chain*

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Fortaleza, 6 de março de 2023

---

Mario Henrique Alves de Queirós  
Diretor-Presidente

---

Luiz Renato Novais  
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

---

Marcos Ricardo Colares  
Diretor Vice-Presidente Comercial e *Supply*

---

José Carlos Rafael de Assis Vasquez  
Diretor Vice-Presidente de Operações, Digital e Expansão

---

Joaquim Dias Garcia Neto  
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

---

Renato Camargo Nascimento Junior  
Diretor Vice-Presidente de Marketing e Relacionamento com o Cliente e Diretor de Digital

---

Afro José Campos de Vasconcelos  
Diretor de Infraestrutura e Tecnologia

---

Rafael Lima e Silva  
Diretor de Expansão

---

Jadson Antônio Santos de Almeida  
Diretor de Aplicações de Tecnologia

---

Gianni Dias Gill  
Diretor de Operações

---

André Albuquerque Ferreira Pinto Bandeira  
Diretor de Operações

---

Renan Vieira Barbosa  
Diretor de *Supply Chain*